

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

BRUNA BARDI GRATON

IMPACTOS DO PROJETO DE ENSINO INTEGRAL NA REVALORIZAÇÃO
URBANA NA ZONA SUL DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
SUBPREFEITURA DO CAMPO LIMPO

EFFECTS OF THE PROJETO DE ENSINO INTEGRAL ON URBAN
REVITALIZATION IN THE SOUTHERN ZONE OF SÃO PAULO: AN ANALYSIS
BASED ON THE CAMPO LIMPO SUBPREFECTURE

São Paulo
2023

BRUNA BARDI GRATON

Impactos do Projeto de Ensino Integral na revalorização urbana na Zona Sul de São

Paulo: uma análise a partir da expansão da Subprefeitura do Campo Limpo

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Profº Drº Eduardo Donizeti Girotto

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G771i Graton, Bruna
Impactos do Projeto de Ensino Integral na revalorização urbana na Zona Sul de São Paulo: uma análise a partir da expansão da Subprefeitura do Campo Limpo / Bruna Graton; orientador Eduardo Giroto - São Paulo, 2023.
54 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Programa de Ensino Integral. 2. Revalorização Urbana. 3. Gentrificação Escolar. 4. Zona Sul de São Paulo. 5. Subprefeitura do Campo Limpo. I. Giroto, Eduardo, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, o Profº Drº Eduardo Donizeti Giroto que me aceitou no projeto *Atlas da Rede Estadual de Educação de São Paulo*. Meu primeiro passo dentro da jornada acadêmica que me trouxe até aqui. Obrigada pela paciência e carinho ao ouvir minhas loucas teorias e análises. Se tem algo de que me orgulho em minha jornada acadêmica, é de ter sido orientada por um professor tão humano e tão admirável.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso.

À minha família, meus pais Edson e Ana Patricia, que, com todo amor do mundo, sempre me incentivaram a sonhar alto e acreditar que eu era capaz de alcançar esses sonhos: obrigada por tanta dedicação na minha formação escolar e acadêmica, obrigada por falarem com tanto orgulho de mim, obrigada por serem meus pais. Obrigada a minhas primas Júlia e Duda por terem caminhado junto comigo durante esse período. Pipinha e Hana que me acompanharam durante as madrugadas em claro materializando este trabalho.

Ao meu querido namorado Guilherme Morita e sua família. Meu amor, obrigada por ter aguentado minhas crises de choro e riso. Por ter sido meu ponto de paz e sanidade em meio a loucura. Você sempre acreditou em mim e me impulsionou a dar novos e grandes passos.

Aos meus amigos, em especial Bruno, meu maior apoio durante a graduação e também durante a vida (espero que continuemos sendo “Chris e Greg” por muitos anos). Também à Scarlaty, Mariana, Akira, Victoria Nataly e Gabriella: vocês que me acompanharam durante todo esse ciclo, nos meus altos e baixos, e se mantiveram ao meu lado, me dando forças para superar esses momentos. Aos colegas do LEMADI, em especial ao Matheus, Cawan, João Gabriel, Árizla, Rafaela e João Victor, e a Waldirene por todas as trocas edificantes e risadas acalentadoras.

Aos colegas de tatame, que por meio da arte suave me ensinaram a lidar com situações adversas com muita calma e sabedoria.

E, por fim, aos meus queridos avós. Vovô Antônio, o senhor não pode estar presente para me ver com o diploma em mãos, mas sei que me acompanha com orgulho por ter chegado até aqui. Obrigada por ter me ensinado tanto e ter preenchido minha vida com tanto amor.

Eu relembro,
não com o intuito de permanecer no passado,
mas sim de me preparar para um futuro que valha a pena
ser lembrado.

(LEE, Daniel Armand, 2016)

RESUMO

GRATON, Bruna Bardi. **Impactos do Projeto de Ensino Integral na revalorização urbana da Zona Sul de São Paulo: uma análise a partir da Subprefeitura do Campo Limpo.** 2023. 54 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

O objetivo deste trabalho é analisar as políticas educacionais adotadas pelo governo do Estado de São Paulo e seu papel na reprodução de uma lógica espacial excludente. Para isso, será abordada a implementação do Programa Ensino Integral (PEI) na Zona Sul de São Paulo, com enfoque nas escolas pertencentes à Subprefeitura do Campo Limpo, e sua possível relação com a expansão da linha metroviária como fatores de revalorização urbana. A região da Zona Sul de São Paulo foi priorizada devido às dinâmicas singulares que têm ocorrido na área e que podem ser entendidas como parte do processo de implosão-explosão da urbanização da própria cidade e do avanço das reformas empresariais de bens públicos. Para tanto, na primeira parte, será analisado o Processo Administrativo do Programa de Ensino Integral enquanto um plano de gestão empresarial, avançando para a discussão do programa embasada em seu histórico, apontando como o mesmo faz parte de um novo ciclo de políticas educacionais associadas a modos de regulamentação geradores de uma possível “gentrificação escolar”. Na segunda parte, será feita a caracterização socioespacial dos territórios onde estão localizadas as escolas objetos desta investigação, buscando identificar processos recentes de transformação espacial, incluindo a expansão da linha metroviária, e suas possíveis relações com a implementação da política educacional em questão. Por fim, será apresentado o possível legado da política educacional representado pelo Programa e os processos de resistência à proposta de mercadorização do ensino público.

Palavras-chave: Programa de Ensino Integral. Revalorização Urbana. Gentrificação Escolar. Zona Sul de São Paulo. Subprefeitura do Campo Limpo.

ABSTRACT

GRATON, Bruna Bardi. **Impactos do Projeto de Ensino Integral na revalorização urbana da Zona Sul de São Paulo: uma análise a partir da Subprefeitura do Campo Limpo.** 2023. 54 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The aim of this study is to analyze the educational policies adopted by the government of the state of São Paulo and their role in reproducing an excluding spatial logic. For this purpose, the implementation of the Programa Ensino Integral (PEI) in the Southern Zone of São Paulo will be examined, with a focus on schools belonging to the Subprefecture of Campo Limpo, and its possible relationship with the expansion of the subway line as factors of urban revaluation. The Southern Zone of São Paulo was prioritized due to the unique dynamics that have been occurring in the area, which can be understood as part of the implosion-explosion process of the urbanization of the city itself and the advancement of corporate reforms of public goods. Therefore, in the first part, the Administrative Process of the Programa de Ensino Integral will be analyzed as a corporate management plan, progressing to a discussion of the program based on its historical context, pointing out how it is part of a new cycle of educational policies associated with modes of regulation that generate possible “school gentrification”. In the second part, the socio-spatial characterization of the territories where the schools under investigation are located will be conducted, seeking to identify recent processes of spatial transformation, including the expansion of the subway line, and their possible relationships with the implementation of the educational policy in question. Finally, the possible legacy of the educational policy represented by the Program and the processes of resistance to the proposal of commodification of public education will be presented.

Keywords: Programa de Ensino Integral. Urban Revalorization. School Gentrification. Southern Zone of São Paulo. Subprefecture of Campo Limpo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Visão área do Jockey Clube de São Paulo, 2016	19
Figura 2. Palácio dos Bandeirantes, Sede do Governo de São Paulo, 1968 e 2018	20
Figura 3. Evolução da ocupação da favela de Paraisópolis em São Paulo	21

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa da Subprefeitura do Campo Limpo, São Paulo	17
Mapa 2. Região da atual Subprefeitura do Campo Limpo, 1963	18
Mapa 3. Mapa Geral do Zoneamento na Subprefeitura de Campo Limpo	24
Mapa 4. Mapa das Estações da Linha 5-Lilás do metrô	27
Mapa 5. Escolas PEI sobre o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (2010)	35
Mapa 6. Homicídio de jovens, por distrito, na cidade de São Paulo (2017)	37
Mapa 7. Idade das mães, por distrito, na cidade de São Paulo (2017)	38
Mapa 8. Mapa Geral do Zoneamento na Subprefeitura de Campo Limpo	39
Mapa 9. Mapa das Linhas e Estações do Metrô na região da Subprefeitura do Campo Limpo em relação às escolas PEI, São Paulo	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População residente na Subprefeitura de São Paulo	26
Gráfico 2. Lançamentos imobiliários nos distritos de Campo Limpo e Vila Andrade	28
Gráfico 3. Quantidade de unidades imobiliárias residenciais lançadas por ano em um raio de 1000 metros do Metrô Campo Limpo	28
Gráfico 4. População em idade escolar na Subprefeitura do Campo Limpo	41
Gráfico 5. Taxa de Variação de Matrícula nas Escolas PEI na Subprefeitura do Campo Limpo	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População atendida pelo Metrô – Linhas em operação, em projeto e em obras	29
Tabela 2. Variação de proficiência do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) em Português no 3º ano do Ensino Médio por escola PEI na Subprefeitura do Campo Limpo, São Paulo	33
Tabela 3. Variação no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo	

(IDESP) por Escola por escola PEI na Subprefeitura do Campo Limpo, São Paulo	34
Tabela 4. Escolas PEI pertencentes à subprefeitura do Campo Limpo	40
Tabela 6. Número absoluto de matrículas e turmas entre Escolas PEI (N=67 e N=70, para cada respectivo ano) e Escolas Estaduais (N=1004 e N=1015, para cada respectivo ano), na cidade de São Paulo.	43
Tabela 7. Níveis Socioeconômicos dos Estudantes, Escala de I a VIII	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APNGPE	Associação dos Parceiros do Novo Ginásio Pernambucano
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
EETU	Eixos de Estruturação e Transformação Urbana
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETI	Escola de Tempo Integral
ICE	Instituto Corresponsabilidade pela Educação
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
INSE	Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCA	Professor Coordenador de Área
PCG	Professor Coordenador Geral
PDC	Prova Diagnóstica Complementar
PDE	Plano Diretor Estratégico
PEI	Programa de Ensino Integral
PNE	Plano Nacional de Educação
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RDPI	Regime de Dedicação Plena e Integral
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEADE-SP	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo
SEDUC-SP	Secretaria Estadual de Educação de São Paulo
SEE-SP	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
TCE-SP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

ZEU	Zonas de Estruturação Urbana
ZEUa	Zonas em Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental
ZEUP	Zonas em Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana
ZEUPa	Zonas em Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental de eixo não-publicado
ZM	Zonas Mistas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ZONA SUL: A NOVA FRENTE DE GENTRIFICAÇÃO?	15
2.1 A GEOGRAFIA DO LADO SUL DO MAPA: REVISÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DOS DISTRITOS PERTENCENTES À SUBPREFEITURA DO CAMPO LIMPO	17
2.2 AS LINHAS METROVIÁRIAS E A REVALORIZAÇÃO URBANA	22
3. O PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL: HISTÓRICO E ANÁLISES	31
4. A GEOGRAFIA DO PROJETO DE ENSINO INTEGRAL NA ZONA SUL: CARACTERIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO	37
5. AS NARRATIVAS E CONTRANARRATIVAS NO MODELO NEOLIBERAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO	45
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52

1. INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo destaca-se por seus intensos processos de transformação urbana que perpassam projetos e intervenções políticas, sociais e econômicas. Inexoravelmente, a área da Educação também está inserida nesse contexto de constantes mudanças, sendo essencial a análise das políticas educacionais adotadas pelo Estado, assim como desvelar suas intencionalidades e seu papel na produção de uma possível lógica espacial, assim tentando compreender como tais políticas afetam os direitos e a subjetividade dos discentes e docentes.

Diante dessa conjuntura, o Programa Ensino Integral (PEI), implementado na rede pública de ensino estadual em 2012, integrando o “Programa Educação - Compromisso de São Paulo” tem sido apresentado como um novo modelo educacional. Contando com a ampliação do tempo de permanência dos estudantes nas escolas, mudanças curriculares, elaboração de projetos de vida, oferecimento de disciplinas eletivas e implementação de um novo modelo de gestão administrativa, esse modelo tem sido apresentado pelo governo não somente como exitoso em decorrência dos resultados alcançados em avaliações padronizadas, mas também como a solução dos problemas apresentados pelo ensino público.

No entanto, pesquisas recentes têm demonstrado que a produção destes resultados tem se dado à custa da ampliação das desigualdades educacionais. Tais pesquisas apontam que, dentre os mecanismos utilizados para a produção de resultados, está a mudança do perfil socioeconômico dos discentes das escolas participantes do projeto.

Tal fato está ligado à localização das unidades em áreas que não condizem com a proposta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), que indica a necessidade de ampliar as políticas de ensino em áreas de maior vulnerabilidade social. No caso da PEI, o que temos é o inverso desta lógica: a maior parte das escolas participantes do programa está localizada em áreas de baixa vulnerabilidade social, baixa densidade demográfica e locais onde a população tem maior acesso aos direitos e recursos públicos (Giroto et al., 2020). Sendo possível verificar mecanismos de gestão do programa que contribuem para a ampliação da desigualdade socioespacial ao fazer com que alunos que não tem condições de frequentar aulas em período integral ou que não conseguem produzir os resultados esperados evadam para outras escolas, ocasionando uma verdadeira “gentrificação escolar” como visto em Oliveira (2020), um ciclo de exclusão de sujeitos e precarização de instituições públicas nas periferias da cidade.

Nesse contexto de crescimento exponencial de escolas selecionadas para o Programa Ensino Integral, torna-se necessário um recorte espacial, sendo escolhida para análise a Zona

Sul, especificamente a subprefeitura do Campo Limpo, composta pelos distritos do Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade. Dessa forma, é interessante o estudo da região tendo em vista, principalmente, a hipótese de que as escolas do Programa de Ensino Integral desempenham um papel ativo nas transformações da estrutura urbana e que o plano urbano para essas mudanças na cidade de São Paulo é delineado pelo sistema de zoneamento, cuja área delimitada no mapa corresponde à subprefeitura referida, acrescentando-se a isso as transformações urbanas relacionadas com a expansão metroviária da Linha 5-Lilás.

A partir desse recorte espacial algumas questões serão levantadas nesse trabalho: é possível aferir a existência de uma gentrificação urbana e/ou gentrificação escolar na região? Há alguma correlação entre essas? Há alguma relação entre o metrô enquanto eixo de valorização urbana e a escolha das escolas selecionadas para aderir ao programa? A proximidade com o metrô é passível de intensificar a gentrificação? Por fim, há então, a necessidade do estudo da dinâmica espacial no entorno dos locais onde as escolas PEI estão instaladas, explorando a possibilidade da associação do projeto com dinâmicas de revalorização urbana.

Portanto, na primeira parte deste trabalho será feita uma caracterização socioespacial das áreas onde estão localizadas as escolas estudadas, buscando identificar processos recentes de transformação do espaço, como a expansão da linha metroviária. Na segunda parte, será abordado o Programa de Ensino Integral como um plano de gestão empresarial, examinando o histórico do programa e destacando sua integração em um novo ciclo de políticas educacionais associadas a modos regulatórios que podem potencialmente levar à "gentrificação escolar". Por fim, será abordado o possível legado do Programa como política educacional e suas possíveis conexões com a implementação de políticas ligadas a dinâmicas de revalorização urbana.

2. ZONA SUL: A NOVA FRENTE DE GENTRIFICAÇÃO?

Tendo em vista a amplitude conceitual atribuída ao termo "gentrificação" e a abordagem do termo "gentrificação escolar" no presente trabalho, faz-se necessária uma breve revisão bibliográfica com o objetivo de fornecer um embasamento teórico sólido e atualizado. A revisão bibliográfica é essencial para compreender mais adiante, a partir das múltiplas perspectivas e definições que permeiam o conceito de gentrificação, o fenômeno da gentrificação escolar. Além disso, a revisão bibliográfica permitirá contextualizar o tema dentro do contexto abordado neste trabalho, enfatizando sua relevância e contribuindo para uma análise mais aprofundada e embasada.

O termo "gentrificação" está intimamente ligado às mudanças socioespaciais resultantes da transformação urbana, e a literatura da Geografia tem desempenhado um papel significativo em sua análise e compreensão.

Dentre os autores que contribuíram para o estudo da gentrificação na Geografia, destaca-se Neil Smith, um geógrafo urbano norte-americano cujo trabalho "*Gentrification and the Rent Gap*" (1987) discute a relação entre a valorização do solo urbano e a expulsão de moradores de baixa renda de bairros gentrificados. Smith enfatiza a importância do processo de especulação imobiliária na gentrificação e como isso influencia a segregação espacial nas cidades. Ou seja, a gentrificação representa um processo intrínseco ao desenvolvimento urbano sob a égide do sistema capitalista, caracterizado pelo deslocamento e desapropriação de comunidades, emergindo como uma das expressões especulares da absorção do capital mediante o re-desenvolvimento urbano (Harvey, 2014).

Revisitando a obra de Smith, compreendemos o papel da especulação imobiliária que surge a partir do *gap* entre o valor intrínseco de um terreno ou propriedade e seu potencial de retorno financeiro após passar por reformas ou ser destinado a diferentes usos espaciais:

O movimento do capital que leva ao desenvolvimento de atividades industriais, comerciais, residenciais e recreacionais nas áreas suburbanas resulta em uma mudança recíproca dos níveis de renda da terra nas áreas centrais e nas áreas suburbanas. Enquanto o preço da terra nas áreas suburbanas eleva-se com a proliferação de novas construções, o preço relativo da terra nas áreas centrais cai. Cada vez menores quantidades de capital são canalizadas para a manutenção e restauração dos edifícios localizados na área central. Isto resulta naquilo que denominamos um diferencial (*rent gap*) entre a atual renda da terra capitalizada pelo uso presente (deteriorado) e a renda da terra potencial que poderia ser capitalizada pelo "mais elevado e melhor" uso da terra (ou, ao menos, comparativamente "mais elevado e melhor" uso). (Smith, 2007, p. 21)

Smith também aborda a ideia de fronteira urbana, sendo ela, essencialmente, uma delimitação econômica e, mesmo carregada de transformações políticas, sociais e culturais que impactam o cotidiano, tais mudanças estão intrinsecamente relacionadas ao

desenvolvimento de uma fronteira de natureza econômica. Ele também aponta que a fronteira urbana é apenas uma das várias fronteiras presentes atualmente, sabendo-se que a diferenciação interna do espaço geográfico ocorre em múltiplas escalas (Ibid., p. 18).

Dessa forma, fica claro que há um conflito de classes inerente nesse fenômeno já que, de acordo com o autor, a classe trabalhadora, ao enfrentar constantes ameaças de despejo diante do avanço da fronteira da lucratividade lutam pelo direito à cidade (Harvey, 2014), sendo aqui o ponto no qual a fronteira urbana assume uma natureza mais politicamente relevante:

A qualidade da vida urbana tomou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana [...]. Vivemos cada vez mais em cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos. O modo como vemos o mundo e definimos possibilidades depende do lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso (Ibid., p. 46).

As dinâmicas socioculturais se inserem nesse processo enquanto um produto mutável dos diferentes estilos de vida divididos pela fronteira urbana. Ou seja, ela está inserida em diferentes contextos, do local ao global.

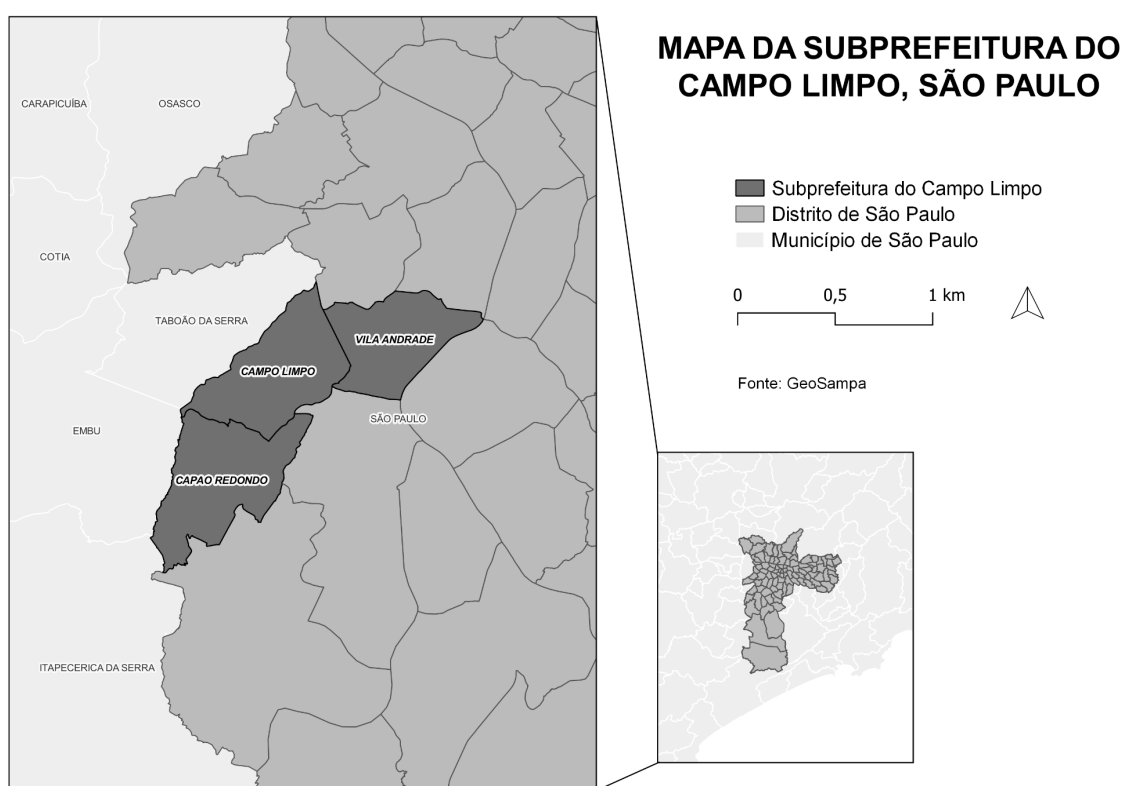
Para compreender a geografia das políticas educacionais, partiremos dessa concepção de espaço como produzido e reproduzido, espaço de dominação e mercadoria reprodutível, atraindo capital e viabilizando sua reprodução¹. Dessa forma, a produção espacial passa a ser ordenada e fragmentada em prol dos processos necessários para produção, reprodução e circulação do capital. Esse ordenamento altera drasticamente a relação entre os habitantes e o local habitado, assim como a sociabilidade entre os próprios moradores que agora têm seu espaço vivido invadido, de modo progressivo, por planejamentos e práticas, como a gentrificação, que remetem ao trabalho e à produtividade. Tal condição espacial também alcança a escola e os sujeitos nela presentes.

¹ CARLOS, 2001, p. 16

2.1 A GEOGRAFIA DO LADO SUL DO MAPA: REVISÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DOS DISTRITOS PERTENCENTES À SUBPREFEITURA DO CAMPO LIMPO

A subprefeitura Campo Limpo se localiza na região sudoeste da cidade de São Paulo e ocupa uma área de 36,7 km², abrangendo os distritos de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade. A região possui uma população aproximada de 650 mil habitantes, uma taxa de urbanização de 100% e densidade demográfica média de 17.486,65 hab./km².

Mapa 1. Mapa da Subprefeitura do Campo Limpo, São Paulo



Fonte: Elaborado pela autora

A história dos distritos pertencentes à subprefeitura do Campo Limpo começa no início do século XX, com a chegada de imigrantes de diversas origens na região, fundando colônias, fazendas, chácaras e olarias. Até 1910, o local era mais conhecido pelo espaço “Jóquei Clube de São Paulo”, onde fazendeiros treinavam e mantinham seus cavalos nos

² **Histórico do Campo Limpo | Subprefeitura Campo Limpo | Prefeitura da Cidade de São Paulo.** Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/campo_limpo/historico/index.php?p=131>.

pastos na região do Campo Limpo (De Lima, 2016), e como local de descanso, pela proximidade com córregos e rios.

Mapa 2. Região da atual Subprefeitura do Campo Limpo, 1963



Fonte: Do Carmo (2020)

Figura 1. Visão área do Jockey Clube de São Paulo, 2016



Fonte: Gestão Urbana SP (2020)³

Com desenvolvimento de seu bairro vizinho Santo Amaro, tornado distrito em 1973, localizado nas margens do Rio Pinheiros, a partir dos anos 50 houve a chegada de energia elétrica, acompanhada do recapeamento de ruas. É então que começa o adensamento de grandes olarias, levando a chegada de trabalhadores em massa, principalmente nordestinos, que se instalaram em moradias precárias, com falta de infraestrutura, nos terrenos baratos e gratuitos disponíveis principalmente no Campo Limpo e Capão Redondo (Ibid., p. 27).

Tomando um rumo diferente dos demais distritos, Vila Andrade ganha status de bairro nobre, justamente por estar na fronteira entre as zonas residenciais de elevado padrão no Morumbi:

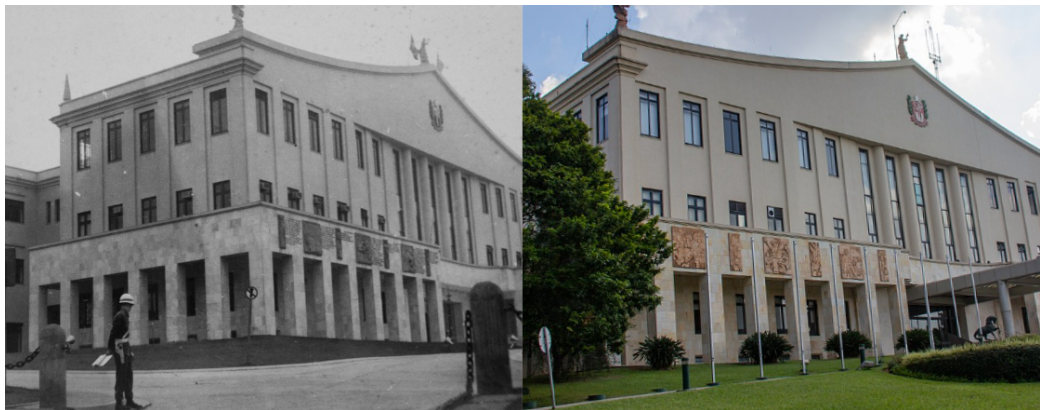
A retificação do Rio Pinheiros na década de 1940, possibilitou a chegada dos empreendimentos das classes altas ao bairro que vinham ocupado a cidade no sentido sudoeste, partindo dos bairros nobres das áreas centrais [...] a Várzea do Rio Pinheiros e a região do Morumbi eram compostas por grandes chácaras, cujos proprietários reservaram os terrenos esperando a valorização das terras até a década de 1990 (Sonna; Maziviero, 2017, p. 36)

Recebendo, dessa forma, grandes casarões e colégios. Com a presença de famílias influentes, como a Matarazzo, grandes empreendimentos começam a ser construídos no local, como a Sede do Governo de São Paulo, o Estádio Cícero Pompeu de Toledo (São Paulo Futebol

³ **Gestão Urbana SP**. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/piu-jockey-club/>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

Clube) e demais projetos arquitetônicos⁴. Entretanto, originária do loteamento da Fazenda Morumbi, fundada em 1921, surge a favela do Paraisópolis, uma das maiores favelas de São Paulo, o que expõe o contraste na paisagem do distrito. A transformação exponencial de distritos rurais em urbanos com alto adensamento populacional resulta na formação de vilas e favelas espalhadas no território.

Figura 2. Palácio dos Bandeirantes, Sede do Governo de São Paulo, 1968 e 2018



Fonte: Compilação da autora⁵

⁴ **Histórico do Campo Limpo | Subprefeitura Campo Limpo | Prefeitura da Cidade de São Paulo.** Disponível em:

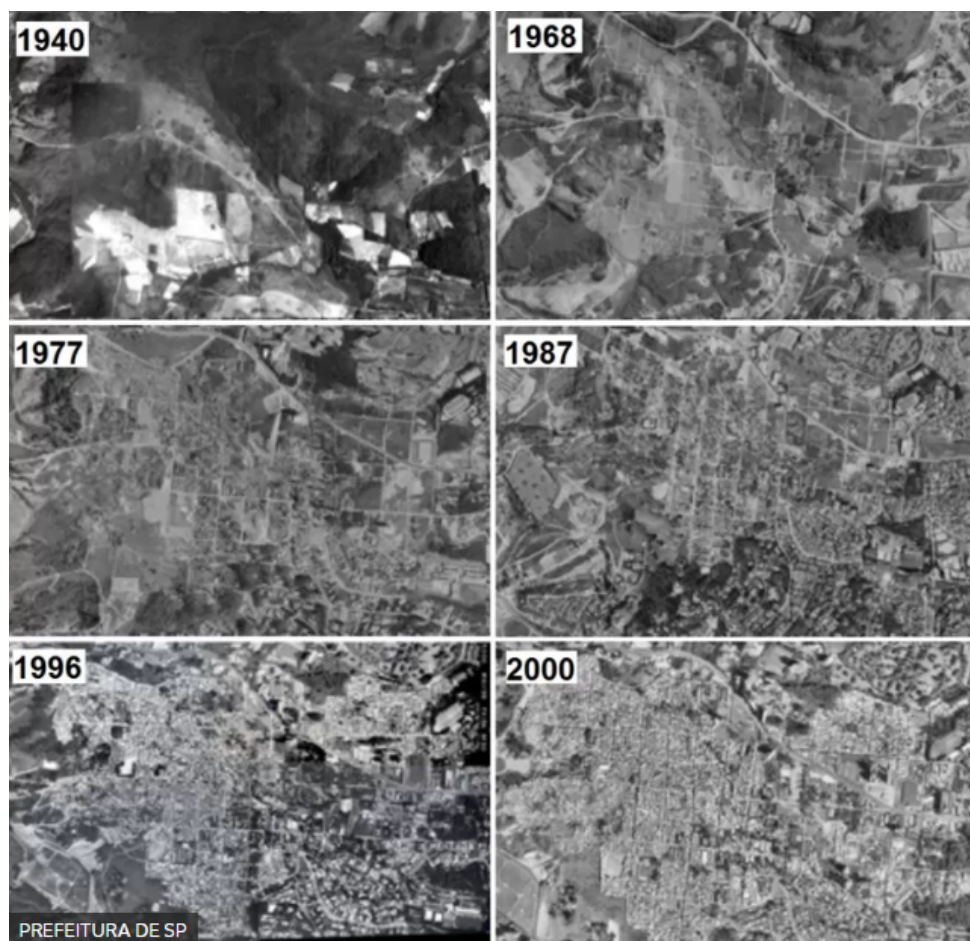
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/campo_limpo/historico/index.php?p=131>.

Acesso em: 13 jul. 2023.

⁵ Disponível em:

<<https://www.camarasuzano.sp.gov.br/assinatura-de-convenio-para-construcao-de-viaduto-e-ponte-gov-abreu-so-dre-em-12-6-68/>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

Figura 3. Evolução da ocupação da favela de Paraisópolis em São Paulo



Fonte: BBC (2019)⁶

No dia 1º de março de 1973, ocorreu a instalação da Administração Regional do Campo Limpo, marcando uma série de mudanças significativas. Atualmente, a antiga Administração Regional evoluiu para Subprefeitura, com o propósito de descentralizar decisões e fomentar maior desenvolvimento e investimentos na região. Entretanto, devido a todo o contexto histórico e social apresentado, a subprefeitura do Campo Limpo é uma das regiões que mais apresenta as consequências da ocupação des-ordenada⁷ do território, com alto índice de domicílios em favelas, sendo elas 183, o equivalente a cerca de 10,5% em relação aos demais distritos de São Paulo (Santos, 2022)

⁶ **Como loteamento de luxo virou favela mais famosa de SP.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50694377>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

⁷ “A ‘naturalização’ da segregação socioespacial é na verdade um discurso que visa perpetuar o status quo das elites dominantes, uma colocação que coloca a condição de pobreza enquanto uma incapacidade deste próprio sujeito no meio social. Entretanto, na realidade o que se tem é toda uma superestrutura conjuntural que impõe a sociedade uma organização que beneficia os detentores do capital, [...] espaços são pensados e feitos para a reprodução ampliada do capital, [...] a construção social do espaço urbano não é necessariamente um produto de suas condicionantes sociais, mas é uma intencionalidade previamente estabelecida e calculada para adquirir as feições espaciais que lhe definem.” (De Oliveira et al., 2019, p. 124)

Os distritos do Campo Limpo e do Capão Redondo possuem maior distribuição das favelas em sua extensão territorial, enquanto Vila Andrade, tem essas ocupações mais aglomeradas no lado norte, região pertencente à segunda maior favela do município conhecida como Paraisópolis (Ibid., p. 22)

Desse modo, a subprefeitura do Campo Limpo emerge como um notável contraste entre áreas de destaque econômico e localidades de menor renda, estabelecendo um cenário que pode ser ligado ao conceito de "fronteira urbana" proposta por Neil Smith e já citada acima. Nessa região, é possível discernir uma dinâmica complexa que reflete essas disparidades, onde regiões de alto padrão coexistem com comunidades mais carentes. Tal cenário torna-se ainda mais evidente diante do surgimento de lançamentos imobiliários de grande porte, expansão de empreendimentos comerciais significativos e a implementação de novas estações e linhas de metrô. Esses desenvolvimentos sugerem o início de um processo de gentrificação em potencial, que pode alterar profundamente o tecido social e a paisagem urbana, reforçando os aspectos de segregação e desigualdade que são característicos de muitas cidades contemporâneas.

O contexto descrito no parágrafo anterior encontra relevância dentro do arcabouço legislativo do zoneamento de São Paulo, que influencia diretamente a configuração da cidade. A legislação de zoneamento, ao permitir maior densidade construtiva em determinadas áreas, pode ser vista como um fator de "incentivo" da verticalização urbana. Isso é particularmente evidente em áreas como a Vila Andrade, onde o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários verticais tem aumentado exponencialmente.

A permissão para construções em altura impulsiona não somente o adensamento espacial, mas também pode ter efeitos de segregação socioeconômica, conforme discutido anteriormente. Portanto, a interseção entre a legislação de zoneamento, o crescimento vertical da cidade e a disparidade socioeconômica enfatiza a necessidade de considerações cuidadosas sobre o impacto das políticas urbanas nas questões de desigualdade e transformação urbana e seu impacto em todos os meios ligados à vida cotidiana da população. Tendo tal ponto em perspectiva, a Lei de Zoneamento será explicada, buscando explorar sua ligação com a problemática apresentada, adiante.

2.2 AS LINHAS METROVIÁRIAS E A REVALORIZAÇÃO URBANA

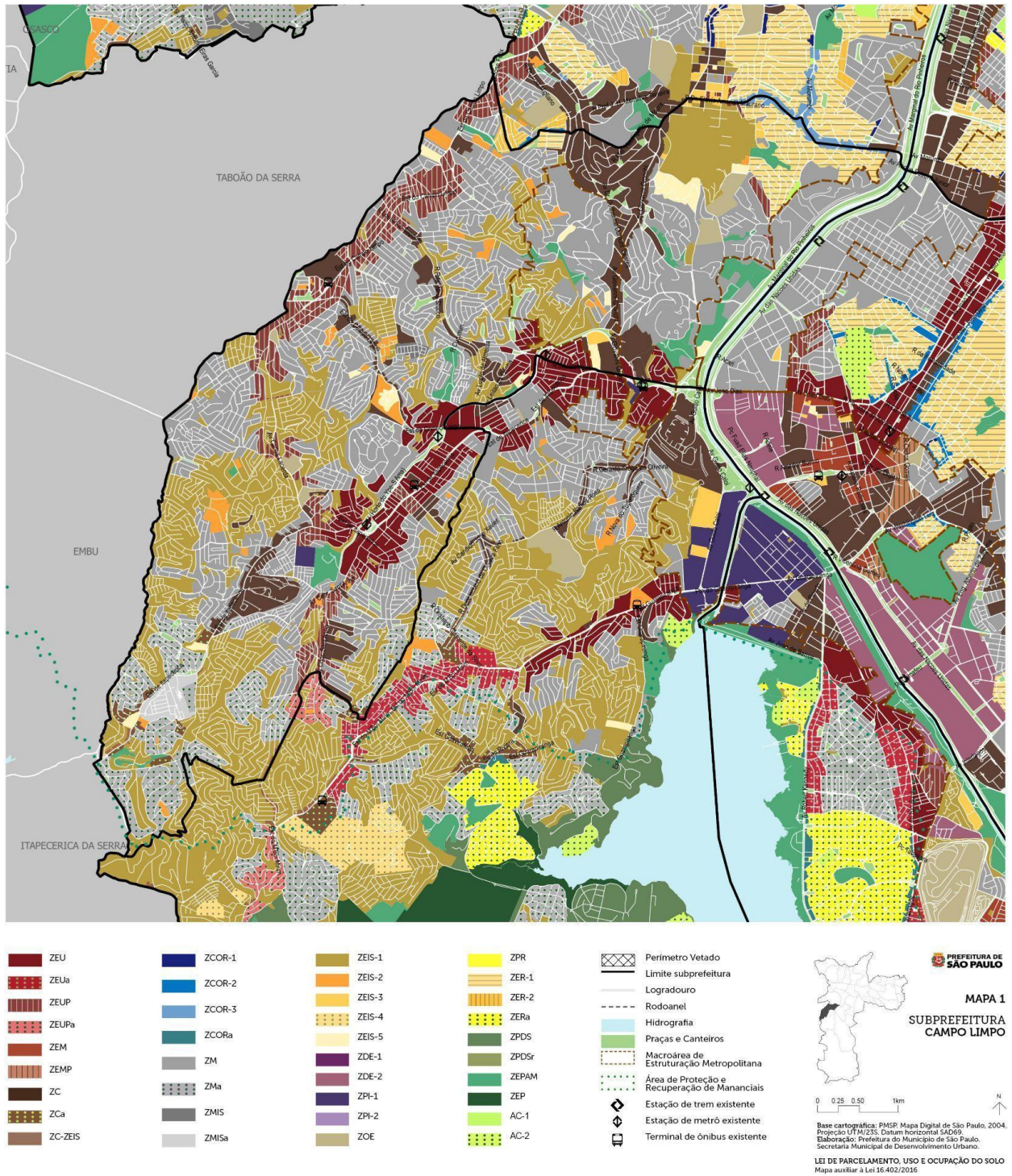
A lei de Zoneamento de São Paulo é um conjunto de diretrizes e regulamentos urbanísticos que definem como diferentes áreas da cidade podem ser utilizadas e desenvolvidas a partir da definição de zonas específicas e dos usos permitidos em cada uma delas (seja ele residencial, comercial, industrial, entre outros). Além disso, a lei de zoneamento também regula a altura máxima dos edifícios, o coeficiente de uso do solo e outras características arquitetônicas. O objetivo desta lei é equilibrar o crescimento e a transformação urbana, garantindo o uso adequado do solo em vistas de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Dessa forma, as alterações nas leis de zoneamento podem ter um impacto direto no desenvolvimento urbano, afetando questões como a densidade populacional, a expansão vertical das cidades e até mesmo a coexistência de áreas economicamente diversas (PALMA, 2022).

A partir do Plano Diretor Estratégico (PDE) – Lei 16.050/14 -, da Cidade de São Paulo, foi fomentada a densificação nas proximidades de estações de metrô, trens e corredores de ônibus. Esses locais foram designados como Zonas de Estruturação Urbana (ZEU)⁸ no âmbito dos Eixos de Estruturação e Transformação Urbana (EETU). Além de proporcionar um aumento no coeficiente de aproveitamento, essas zonas não incluem restrições para uso misto e possuem uma cota parte máxima⁹ reduzida, visando a estimular a aumentar o número de unidades habitacionais.

⁸ Dividida em: ZEU (zonas inseridas na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana); ZEUA (zonas inseridas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental); ZEUP (zonas inseridas na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana cujo decreto ativador do eixo ainda não foi publicado); ZEUPa (zonas inseridas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental cujo decreto ativador do eixo ainda não foi publicado).

⁹ A cota parte de terreno representa o número de unidades habitacionais por unidade de área do terreno. Ela estabelece a densidade habitacional ao relacionar a quantidade ideal de unidades habitacionais a serem desenvolvidas com a área total do terreno.

Mapa 3. Mapa Geral do Zoneamento na Subprefeitura de Campo Limpo



Fonte: Prefeitura de São Paulo¹⁰

O mapa acima expõe a prevalência das ZEU¹¹ apenas no entorno das linhas e estações metroviárias e de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)¹² e das Zonas Mistas (ZM)¹³ na maior parte da área da subprefeitura do Campo Limpo, que assumem uma relevância particular quando examinada à luz do aumento notável de lançamentos imobiliários verticais na região:

Mais um indicativo de que o poder público não só é ciente de todo o processo [expulsão, na valorização ou na omissão do direito à cidade] como também é parte dele é possível ser averiguado na questão das divisões de áreas no Plano Diretor, que para periferias da cidade, é mais comum a presença de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), mas em algumas áreas, especialmente as que mais atraem o interesse privado, faz-se presente a categoria Zona Mista, que permite o uso residencial e comercial ao mesmo tempo, possibilitando pequenos shoppings dentro de condomínios, por exemplo, o que assegura ainda mais a vivência entre muros (Do Carmo, 2020, p. 29)

Esse fenômeno está intrinsecamente ligado à possibilidade do desencadeamento de um processo de gentrificação urbana, já que, embora as ZEIS busquem preservar a inclusão social e a acessibilidade à moradia, o crescente interesse em empreendimentos verticais em áreas de transição com as ZM pode acarretar em mudanças na dinâmica socioeconômica da região. O apelo econômico desses lançamentos tende a atrair novos moradores de classes mais abastadas, potencialmente deslocando as comunidades mais carentes, acarretando no aumento dos custos de vida na área. Assim sendo, a combinação das ZEIS com os lançamentos imobiliários verticais desenha um cenário ambíguo:

Os condomínios fechados se instalaram em periferias por um conjunto de fatores, dentre eles estão as leis de zoneamento da cidade que favorecem certo tipo de uso do espaço a depender do interesse. Na periferia é mais comum a presença de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), porém há também a presença de zonas de interesse misto que permitem o uso conjunto entre residencial e comercial, e possibilitam um outro padrão de ocupação, onde no mesmo lote ou quadra há a presença de residências e comércios, sendo que esses últimos muitas vezes visam ter como seu público os próprios moradores da região ou do próprio condomínio fechado (Carmo et al., 2019, apud. Ibid.)

Torna-se importante entender a evolução da ocupação da subprefeitura do Campo Limpo, que apresenta uma tendência crescente na ocupação de seu território, como vista no

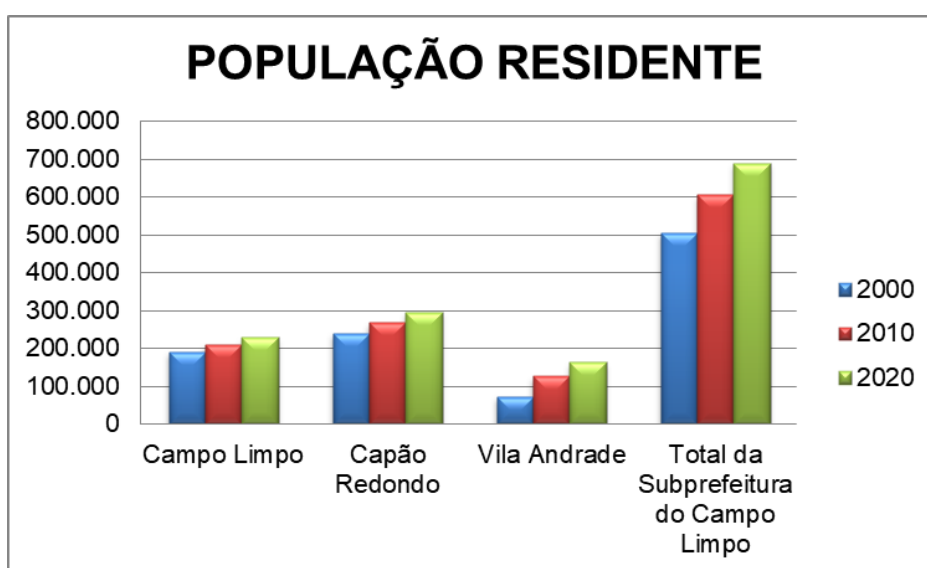
¹¹ Áreas do território cujo propósito é a promoção de usos residenciais e não residenciais, com ênfase em densidades demográficas e construtivas elevadas, ao mesmo tempo em que buscam aprimorar o aspecto paisagístico e os espaços públicos, em articulação com o sistema de transporte público coletivo.

¹² Dividida em: ZEIS 1 (envolvem favelas e loteamentos irregulares); ZEIS 2 (terrenos vazios ou subutilizados); ZEIS 3 (contemplam também imóveis vazios ou subutilizado); Zeis 4 (envolvem áreas vizinhas aos reservatórios Guarapiranga ou Billings); ZEIS 5 (Contemplam terrenos vazios ou subutilizados e se adequam a família com renda de até dez salários mínimos).

¹³ As Zonas Mistas delimitam áreas do território destinadas a fomentar a coexistência de usos residenciais e não residenciais, com um enfoque predominante em atividades habitacionais, apresentando densidades construtivas e demográficas moderadas, caracterizando-se como um espaço onde se prioriza a conservação da morfologia urbana preexistente e a inclusão de novas atividades, em vez de uma transformação substancial.

gráfico abaixo, acompanhada de diversas transformações socioespaciais que se materializam principalmente com a inauguração de terminais de ônibus e estações de metrô, impulsionando a região a se desvencilhar de seu isolamento com a região central da cidade de São Paulo, para assumir uma posição estratégica de conexão com áreas centrais e "subcentrais". Essa expansão de infraestrutura de transporte não apenas aprimora a mobilidade local, mas também transforma a região da subprefeitura do Campo Limpo em um *hub* de interconexão entre diversas partes da cidade, atraindo uma nova gama de moradores.

Gráfico 1. População residente na Subprefeitura de São Paulo



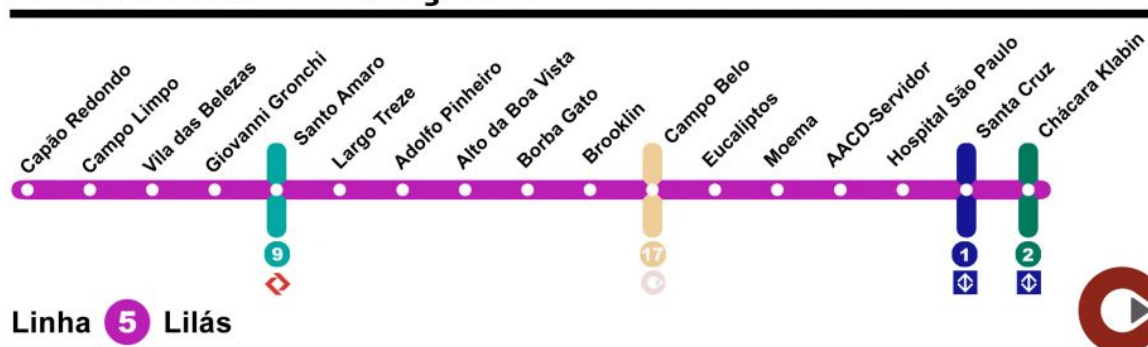
Fonte: SEADE-SP; Elaborado pela autora

A partir do final dos anos 90, a região passa a receber uma série de infraestruturas de transportes, contando com a construção do Terminal João Dias na Vila Andrade, em 1996, que hoje integra a estação Giovanni Gronchi do metrô e atende a 30 linhas de ônibus; o Terminal Capelinha no Capão Redondo, em 1998, atendendo 42 linhas; e o Terminal Campo Limpo, em 2009, atendendo 31 linhas¹⁴. Em 2002, é inaugurada a Linha 5-Lilás do metrô, possuindo 20,1 km de extensão, 17 estações e integração com a linha de trem CPTM em Santo Amaro, e com as linhas 1-Azul em Santa Cruz e 2-Verde em Chácara Kablin.

¹⁴ **Terminais | SPTrans.** Disponível em: <<https://www.sptrans.com.br/terminais/>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

Mapa 4. Mapa das Estações da Linha 5-Lilás do metrô

MAPA DAS ESTAÇÕES



Fonte: Metrô CPTM¹⁵

É importante pontuar que, a partir de 2018, é efetivada a interligação da linha 5-Lilás com as linhas Azul-1 e Verde-2, período também em que o controle da linha referida passa a ser administrada pela empresa ViaMobilidade, pertencente aos grupos CCR e RUASinvest. Período também em que é inaugurada a estação São Paulo-Morumbi, acompanhada da estação Vila Sônia em 2021, pertencentes a linhas 4-Amarela, em proximidade com o distrito do Campo Limpo e Vila Andrade:

Em 2003, quando a Linha 5 Lilás, passou a operar entre Capão Redondo e Santo Amaro, 20% dos moradores mais ricos da Região Metropolitana passaram a ter uma estação de metrô a menos de 1 km de casa. Em 2008, se e quando estiverem em funcionamento a Linha 4, Amarela, entre Vila Sônia e Luz, e a extensão da Linha 2, Verde, da Avenida Paulista até Imigrantes e ainda a extensão da Linha 5, Lilás, até a Chácara Klabin, 33% dos mais ricos passarão a ter uma estação de metrô a menos que 1 km de casa (Villaça; Zioni, 2005, p. 4)

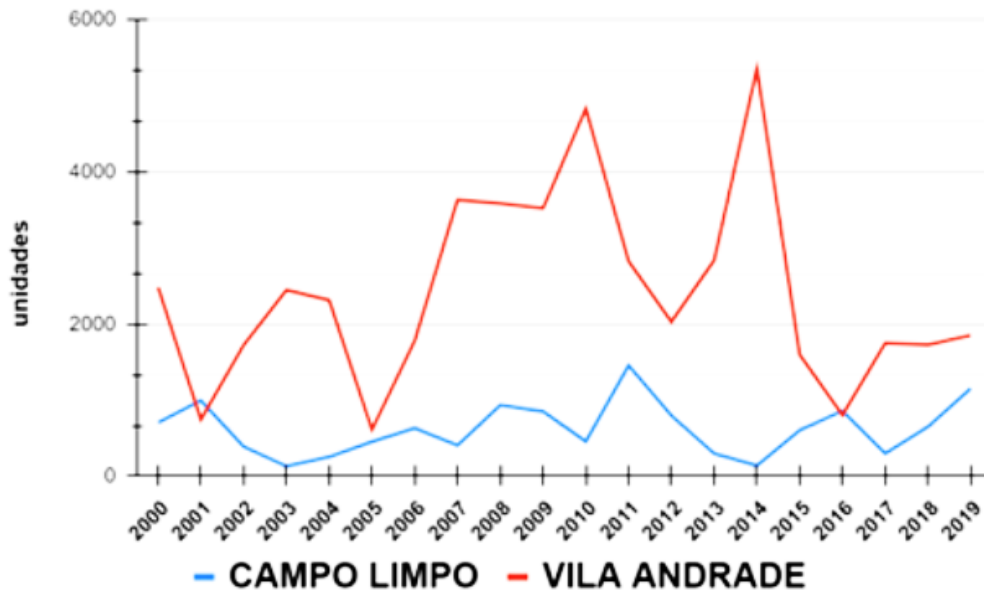
Tal dado expõe a tendência de deslocamento de classes de média e alta renda do Centro para a região Sudoeste de São Paulo, exercendo uma influência que direciona o centro na mesma trajetória de seus bairros residenciais (Ibid., p. 7).

Isso significa que em vez das fronteiras imobiliárias terem se expandido para fora das áreas valorizadas, elas se voltaram para dentro, alcançando faixas de menor valorização dentro de áreas já valorizadas. [...] Assim se aproveita o rent gap criado, isso é, a valorização potencial criada pela diferença entre a renda da terra com o uso presente, deteriorado, e a renda da terra possível em razão dos usos futuros projetados. A reinserção da produção imobiliária nesses espaços configura-se como extensão da valorização das áreas vizinhas e viabiliza-se pelas vantagens construtivas oferecidas pelo PDE (Albuquerque et al, 2020, p. 8 apud Palma, 2020, p. 59)

¹⁵ **Linha 5-Lilás.** Disponível em: <<https://www.metrocptm.com.br/linha-5/>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

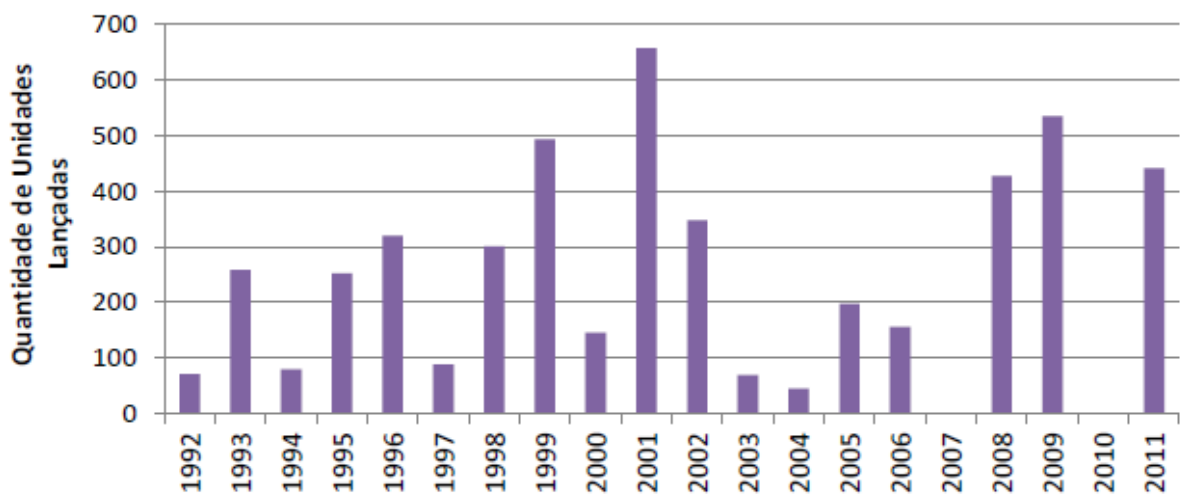
Apesar da obtenção de dados ser limitada, é imprescindível observar os dados referentes aos lançamentos imobiliários da região, principalmente a partir do período de construção e lançamento das estações da Linha 5-Lilás do metrô:

Gráfico 2. Lançamentos imobiliários nos distritos de Campo Limpo e Vila Andrade



Fonte: Lima, 2022

Gráfico 3. Quantidade de unidades imobiliárias residenciais lançadas por ano em um raio de 1000 metros do Metrô Campo Limpo



Fonte: De Lima, 2016

É possível inferir que a medida que novas linhas de metrô são desenvolvidas ou estendidas, frequentemente ocorre um aumento no interesse por propriedades nas proximidades das estações, o que pode resultar em uma valorização da terra. Esse fenômeno,

por sua vez, pode criar uma possível fronteira de gentrificação, onde as áreas que antes eram mais acessíveis economicamente podem experimentar uma pressão crescente de investimentos imobiliários e aumento dos preços da moradia. Isso pode levar à expulsão gradual de moradores de baixa renda e à substituição de comércios locais por empreendimentos de maior padrão.

Tal fato é reforçado pela dinâmica da população atendida pelo metrô, existindo uma notória aglomeração das faixas de renda mais elevadas em uma específica área urbana, principalmente no que se diz respeito ao entorno das áreas das estações, abarcando dezenas de bairros, inclusive aqueles com níveis de renda mais baixos. Tais áreas se destacam como ZEU dentro da área da subprefeitura.

Tabela 1. População atendida pelo Metrô – Linhas em operação, em projeto e em obras

SISTEMA METRÔ	EXTENSÃO POPULAÇÃO									
		Total	Renda até 5 SM	%	Renda entre 5 SM e 20 SM	%	Renda até 20 SM	%	Renda mais de 20 SM	%
	km	habitantes	habitantes		habitantes		habitantes		habitantes	
Linha 1 AZUL (Norte- Sul)	20,2	680.056	74.064	11%	316.943	47%	391.007	57%	289.050	43%
Sé - Tucuruvi	9,3	198.164	25.944	13%	97.172	49%	123.116	62%	75.049	38%
Sé – Jabaquara	10,9	410.972	37.839	9%	180.687	44%	218.526	53%	192.446	47%
Linha 2 VERDE (Paulista)	10	396.864	40.302	10%	150.635	38%	190.938	48%	205.926	52%
Vila Madalena - Ana Rosa	7	187.896	14.235	8%	63.957	34%	78.192	42%	109.704	58%
Ana Rosa – Imigrantes	2,6	88.313	14.777	17%	39.552	45%	54.328	62%	33.985	38%
Linha 3 VERMELHA (Leste - Oeste)	22	574.012	93.955	16%	298.092	52%	392.047	68%	181.966	32%
Sé – Barra Funda	4,5	139.375	12.891	9%	56.194	40%	69.084	50%	70.291	50%
Sé - Corinthians – Itaquera	17,5	363.717	70.783	19%	202.815	56%	273.598	75%	90.120	25%
Linha 4 AMARELA (Taboão - Luz)	16,6	405.796	45.732	11%	185.381	46%	231.113	57%	174.683	43%
Luz - Vila Sônia	12,8	317.880	29.157	9%	134.748	42%	163.905	52%	153.975	48%
Vila Sônia – Taboão	3,8	87.916	16.575	19%	50.633	58%	67.208	76%	20.708	24%
Linha 5 LILÁS (C. Redondo –C. Klabin)	20	430.438	70.424	16%	188.172	44%	258.596	60%	171.842	40%
Capão Redondo – Santo Amaro	8,4	195.053	54.284	28%	115.679	59%	169.962	87%	25.091	13%
Santo Amaro – Chácara. Klabin	11,5	208.632	14.560	7%	59.944	29%	74.504	36%	134.128	64%
Total	85	2.399.250	307.902	13%	1.088.590	45%	1.396.493	58%	1.002.760	42%

Fonte: Villaça; Zioni, 2005

A influência da gentrificação urbana se estende profundamente ao âmbito dos serviços públicos e do comércio em geral. À medida que áreas anteriormente habitadas por populações de baixa renda passam pelo processo de gentrificação, o perfil socioeconômico dos residentes é transformado. As famílias de alta renda que se deslocam para essas regiões trazem consigo demandas diferenciadas em termos de serviços públicos, educação, saúde e infraestrutura, muitas vezes pressionando por melhorias e investimentos nessas áreas. Como resultado, os serviços públicos podem passar por mudanças significativas, com um aumento na qualidade e diversificação para atender às necessidades das novas populações. Essas transformações não

apenas refletem uma mudança nas dinâmicas de consumo e nos padrões de oferta de serviços, mas também alinham-se com o redimensionamento socioeconômico das áreas gentrificadas.

À medida que os bairros passam por uma transição demográfica, a própria fronteira urbana se expande, abarcando diferentes nichos sociais. Esse processo pode resultar em uma divisão ainda mais pronunciada entre as classes sociais, reforçando a segregação e a desigualdade nas cidades. Portanto, a compreensão da gentrificação vai além das mudanças físicas e arquitetônicas no espaço, explorando as complexas interações entre os aspectos sociais, econômicos e urbanos que permeiam essas transformações, inclusive no âmbito educacional, ao ser explorado adiante a relação entre a localização das escolas PEI com a gentrificação urbana.

3. O PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL: HISTÓRICO E ANÁLISES

Em dezembro de 2011, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo instituiu o Programa Educação – Compromisso de São Paulo, tendo como principal objetivo expandir e aperfeiçoar a política de Educação Integral. Nesse contexto, foi criado, em 2012, o Programa Ensino Integral (PEI), lançado na rede estadual de educação de São Paulo com o objetivo de implementar um novo modelo de gestão administrativa educacional.

Os programas citados acima fazem parte da gestão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no governo do estado de São Paulo, sendo Geraldo Alckmin o Governador e Herman Jacobus Cornelis Voorwald o Secretário da Educação vigentes durante o período. Entretanto, a tentativa de introduzir a educação de tempo integral¹⁶ nas escolas estaduais do Estado deu-se anos antes, a partir de 2005, quando a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-SP) era gerida por Gabriel Chalita, com o lançamento do projeto Escola de Tempo Integral (ETI) que, oferecendo oficinas curriculares em contraturno, buscava aumentar o tempo de permanência dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio de 5 para 9 horas (Giroto et al., 2022, p. 7). Contudo, a falta de investimento financeiro, de formação específica, e de planejamento para implementação, fez com houvesse uma regressão tanto em número de matrículas, quanto em escolas, aderindo ao referido programa que “teve início em 508 escolas, diminuindo gradualmente até 215, em 2019” (Ibid.).

As premissas adotadas pelo Estado de São Paulo se alinham com as propostas do Plano Nacional de Ensino (PNE) de 2001 e 2014, cuja Meta 6 seria oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo ao menos, 25% dos discentes da educação básica¹⁷, sendo priorizado o ensino em “tempo integral para as crianças das camadas sociais mais necessitadas” (Brasil, 2001 apud Cavaliere, 2014, p. 1208), “prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social” (Brasil, 2014 apud Ibid.), ou seja, visando mitigar as desigualdades socioespaciais tão presentes na educação pública não só do estado, como também do país.

Por conseguinte, o PEI surge como um “substituto promissor” do projeto ETI. Tendo como referência o modelo de ensino integral, elaborado em parceria com o Instituto Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e Parceiros da Educação, aplicado no Estado de

¹⁶ “[...] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Brasil, 1996a) indica, em seus artigos 34 e 87, a previsão de ampliar gradativamente a jornada escolar através de um esforço comum [...]. Mas, foi somente com o FUNDEB, 7 em 2007, que houve uma contrapartida financeira aos entes federativos (municípios e estados) que elevassem a jornada escolar diária” (Giroto et al., 2022, p. 6)

¹⁷ BRASIL. **Lei n. 13.005, de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>, Art. Acesso em: 20 jul. 2023.

Pernambuco, o projeto apresenta as seguintes premissas: protagonismo; formação continuada; corresponsabilidade; excelência em gestão; replicabilidade. Tais premissas são apoiadas pelos aspectos centrais que seriam adotados pelo Programa de Ensino Integral: jornada integral dos alunos, com Currículo integrado e matriz diversificada; organização escolar voltada para a realidade dos alunos, preparando-os para realizar seu Projeto de Vida e ser protagonistas de sua formação; infraestrutura com salas temáticas, sala de leitura, laboratórios de ciências e de informática; inovação em tecnologia educacional; professores e demais educadores em RDPI¹⁸ à unidade escolar (São Paulo, 2014a, p. 13).

É relevante destacar a atuação da entidade Parceiros da Educação, apresentada como uma:

Associação sem fins lucrativos criada em 2004 e certificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que trabalha por uma educação pública de qualidade no Brasil. A atuação da Parceiros da Educação tem dois focos: promover a parceria entre empresas, empresários e organizações da sociedade civil com escolas públicas, visando à melhoria do desempenho acadêmico dos alunos; apoiar o governo na adoção de políticas públicas consistentes que promovam a qualidade da educação pública. Por meio de programas formulados e monitorados por uma equipe de especialistas, todas as parcerias visam potencializar investimentos governamentais na área da educação, tornando as redes de ensino e escolas mais eficientes com o objetivo central de melhorar o aproveitamento escolar dos alunos. (ALESP, 2019, s/p).

Dentre as parcerias firmadas pela entidade podemos citar empresários e empresas com forte ligação com o setor imobiliário como Andréa Pinheiro e Newton Simões Filho (ambos ligados à Racional Engenharia), Autonomy Investimentos, Bresco, Grupo Iguatemi, Instituto CCP (ligado ao *Cyrela Commercial Propert*), Instituto Cyrela (ligado ao Grupo Cyrela), Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga (ligados à Mattos Filho), entre outros. Também é importante citar a participação de grandes institutos e empresas como Itaú BBA, Fundação Lemann e Todos pela Educação¹⁹. O ICE, cuja origem remonta à Associação dos Parceiros do Novo Ginásio Pernambucano (APNGPE), contava com a participação de grandes empresas como *Phillips*, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), Banco do Estado de Pernambuco e Odebrecht (Barbosa, 2020). Tais parcerias servirão como base para pensar em algumas relações que serão exploradas mais adiante.

Assim sendo, é interessante enfatizar que tal fenômeno de incentivo entre parceria público-privado não se dá apenas no Brasil, já que as reformas educacionais estão diretamente ligadas à lógica neoliberal que organizações como a OCDE²⁰ e instituições como o Banco

¹⁸ Regime de Dedicção Plena e Integral

¹⁹ **AS PARCERIAS**. Disponível em: <<https://parceirosdaeducacao.org.br/as-parcerias/>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

²⁰ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Mundial (Penn, 2002, p. 123; Freitas, 2018, p. 29) preconizam como necessário para o desenvolvimento socioeconômico dos países periféricos.

Esses projetos educacionais podem ser estratégicos para que o setor privado comece a atuar em parceria ou até mesmo substituir serviços antes providos pelo Estado²¹. Essa associação está ligada a necessidade da classe hegemônica de comandar os diferentes processos urbanos para que consigam, assim, reproduzir seu capital através do controle das esferas sociais. Fica aqui exposto que a reforma mundial na educação corresponde a uma lógica neoliberal de “ideia de sobrevivência do mais forte com um ‘livre mercado’ concorrencial” (Freitas, 2018, p. 18), criando lacunas para que a iniciativa privada, pela destruição criativa, traga um novo conceito de gestão educacional que esteja atrelado a mercantilização da educação. Neste novo ciclo de políticas educacionais, a dinâmica mercadológica invade as escolas, transformando-as em “empresas”, enquanto os pais tornam-se “clientes” e os alunos “capital humano”.

Dessa forma, o modelo do Programa Ensino Integral tem sido apresentado pelo governo estadual como exitoso em decorrência dos resultados alcançados em avaliações padronizadas, ou seja, as escolas participantes do projeto estão inseridas naquilo que Stephen Ball e Richard Bowe classificam como um novo ciclo de políticas na área da educação (Mainardes, 2006), servindo como um padrão a ser replicado, uma vez que os modelos públicos de educação são tidos como “fracassados” com referência nos resultados de provas qualitativas padronizadas, como o IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) e o SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), sendo importante ressaltar que tais avaliações são indiferenciadas, ignorando a dinâmica social e a dimensão espacial de cada instituição educativa.

Tabela 2. Variação de proficiência do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) em Português no 3º ano do Ensino Médio por escola PEI²² na Subprefeitura do Campo Limpo, São Paulo

ESCOLAS	2014	2022	VARIAÇÃO
Escola 1	277,3	302,5	0,0908
Escola 2	284,9	272,2	-0,0445
Escola 3	257,6	266,0	0,0326
Escola 4	248,4	260,7	0,04951

²¹ Ball, 2009, p.7

²² Optamos por manter anônimos os nomes das unidades escolares nas quais realizamos a pesquisa.

Escola 5	261,9	275,0	0,0500
Escola 6	283,9	292,5	0,0302
Escola 7	287,2	265,6	-0,0752

Fonte: SEE-SP; Elaborado pela autora

Tabela 3. Variação no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) por Escola por escola PEI na Subprefeitura do Campo Limpo, São Paulo

ESCOLAS	2014	2021	VARIAÇÃO
Escola 1	1,78	3,45	0,9382
Escola 2	2,16	2,48	0,1481
Escola 3	1,33	2,11	0,5864
Escola 4	1,11	1,73	0,5585
Escola 5	2,46	2,27	-0,0772
Escola 6	1,55	3,33	1,1483
Escola 7	1,11	2,26	1,0360

Fonte: SEE-SP; Elaborado pela autora

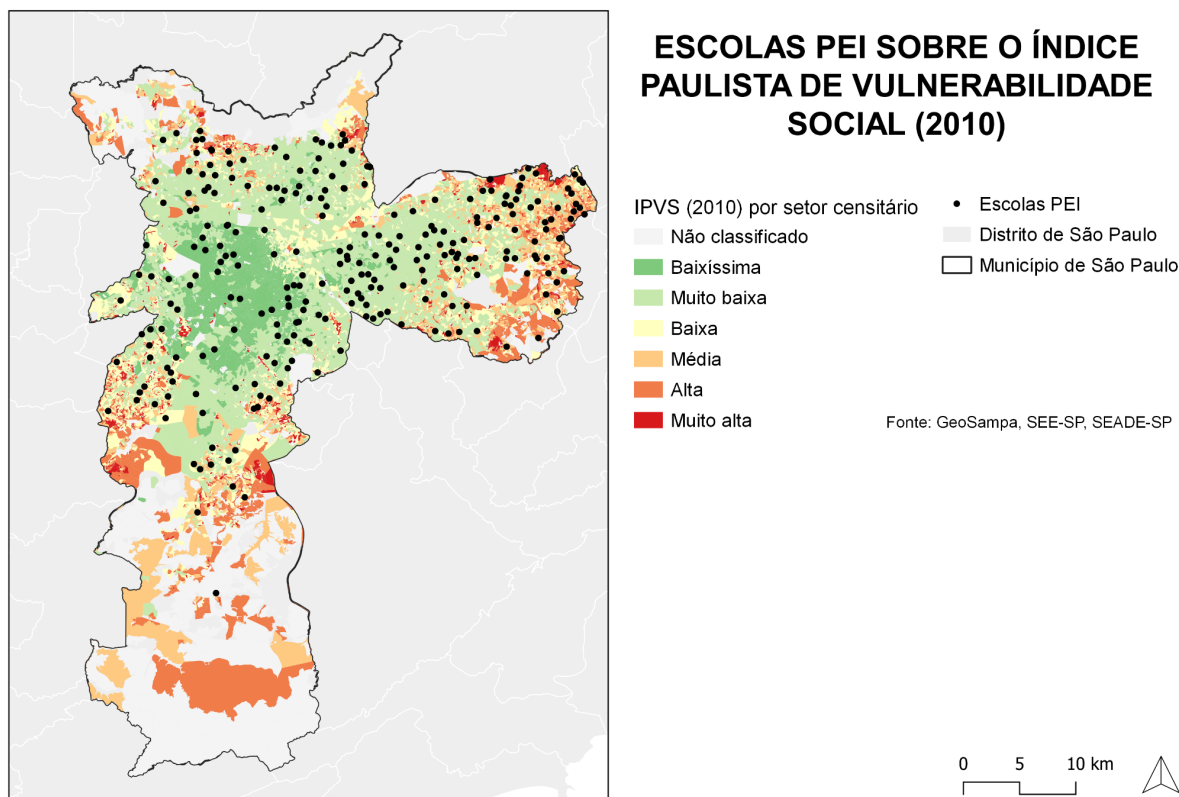
No entanto, pesquisas recentes, assim como o relatório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) publicado em 2016, têm demonstrado que a produção destes resultados se dá às custas da ampliação das desigualdades educacionais e socioespaciais:

As análises possibilitaram verificar uma mudança do perfil socioeconômico dos estudantes das referidas unidades escolares, o que contrasta com a dinâmica das outras escolas da rede estadual localizadas na cidade. Além disso, analisamos os resultados no IDESP de 2011 e 2016 destas escolas, comparando-os com os resultados da rede estadual como um todo. O perfil de matrículas e classes nas escolas PEI da cidade de São Paulo, em contraste com o das escolas do entorno e da própria rede estadual, sugere que o acesso às escolas PEI também se restringe a uma parcela pequena da população, o que agrava a amplificação das desigualdades induzida pelo Programa (Giroto; Cássio, 2018, p. 21)

Também foi relatada uma inversão de prioridade ao comparar a localização das escolas PEI com a espacialização do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)²³ (SEADE, 2010), como observado na figura abaixo.

²³ O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) é um indicador que agrupa a população do Estado de São Paulo com base em diferentes níveis de vulnerabilidade social, levando em consideração três dimensões principais: renda, escolaridade e ciclo de vida familiar. Esse índice oferece uma visão quantitativa da distribuição socioeconômica e demográfica das comunidades paulistas em relação a essas variáveis específicas.

Mapa 5. Escolas PEI sobre o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (2010)



Fonte: Elaborado pela autora

Assim, fica explícito que, dentre os mecanismos para a produção dos resultados, está a mudança do perfil socioeconômico dos discentes das escolas participantes do projeto. Tal fato está ligado à localização das unidades em áreas que não condizem com a proposta estabelecida pelo PNE (2014-2024), que indica a necessidade de ampliar as políticas de ensino de tempo integral em áreas de maior vulnerabilidade social. O que tem sido aferido na análise dos casos localizados no município de São Paulo é o inverso desta lógica: a maior parte das escolas participantes do programa está localizada em áreas de baixa vulnerabilidade social, baixa densidade demográfica, onde a população local tem maior acesso aos direitos e recursos públicos²⁴. E, mesmo quando estão localizadas em áreas de alta vulnerabilidade social, como no caso das duas unidades que serão apresentadas neste trabalho, será possível verificar mecanismos de gestão do programa que contribuem para a ampliação das desigualdades socioespaciais ao fazer com que alunos que não tem condições de frequentar aulas em período integral ou que não conseguem produzir os resultados esperados evadam

²⁴ GIROTTI, 2018, p. 80

para outras escolas, ocasionando uma verdadeira “gentrificação escolar”, termo a ser mais explorado adiante, um ciclo de exclusão de sujeitos e precarização de institutos públicos nas periferias da cidade. Acrescenta-se a isso a alta especulação imobiliária nos entornos dos locais onde as escolas PEI estão instaladas, sendo possível questionar uma associação com dinâmicas de revalorização urbana.

Portanto, entender tal processo é entender a condição espacial dessas políticas educacionais e a Geografia escolar produzida por elas, como afetam a estrutura territorial e o uso do espaço urbano de uma das regiões mais desigual da cidade de acordo com IPVS. Ao mesmo tempo, acompanhar essa movimentação de forças políticas permite compreender como se dá a construção dos “sujeitos neoliberais”²⁵ dentro das escolas, como são despersonalizados e como, a partir disso, entendem a si mesmos enquanto cidadãos e seus laços afetivos formados nas/com as instituições educacionais; abrindo caminho para que a percepção de suas contradições e das desigualdades produzidas pela escola sirva para a construção de uma nova cidadania fundamentada em uma nova Geografia escolar.

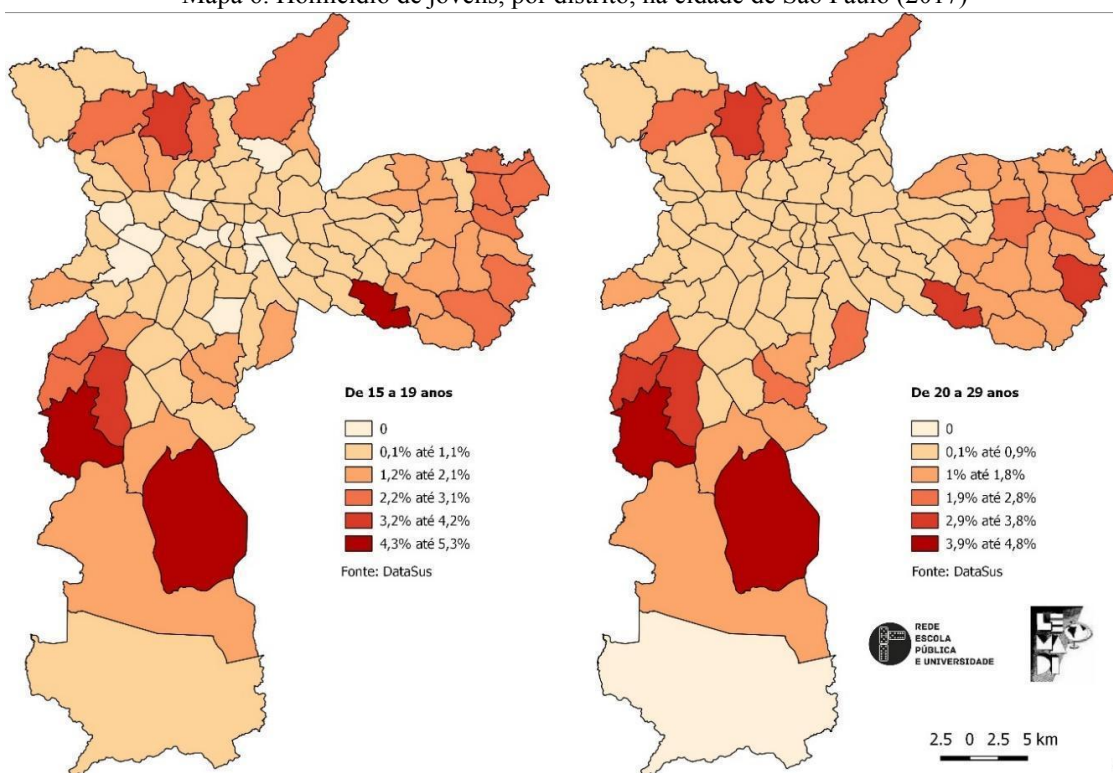
²⁵ “Embora se considere típica de uma política neoliberal a construção de uma situação econômica que a aproxime do cânone da concorrência pura e perfeita, há outra orientação, talvez mais disfarçada ou menos imediatamente perceptível, que visa a introduzir, restabelecer ou sustentar dimensões de rivalidade na ação e, mais fundamentalmente, moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência.” (Dardot; Laval, 2017. p. 136).

4. A GEOGRAFIA DO PROJETO DE ENSINO INTEGRAL NA ZONA SUL: CARACTERIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Para entender a dinâmica das políticas educacionais no contexto geográfico, continuaremos com a perspectiva do espaço enquanto estruturada, ordenada e fragmentada, para servir aos imperativos ligados à produção, reprodução e fluxo do capital.

Como os mapas abaixo demonstram, a subprefeitura do Campo Limpo é marcada por desigualdades, onde a falta de acesso aos direitos básicos, incluindo a educação, o que justificaria a instalação das escolas PEI a partir dos preceitos contidos no próprio documento de Diretrizes do Programa de Ensino Integral²⁶, ou seja, como um modelo que garantiria educação de qualidade e melhoria generalizada na vida dos estudantes a partir da oferta de espaços educativos onde a autonomia, a solidariedade e o compromisso sejam premissas para a construção de projetos de vida ligados à preparação para o mercado de trabalho.

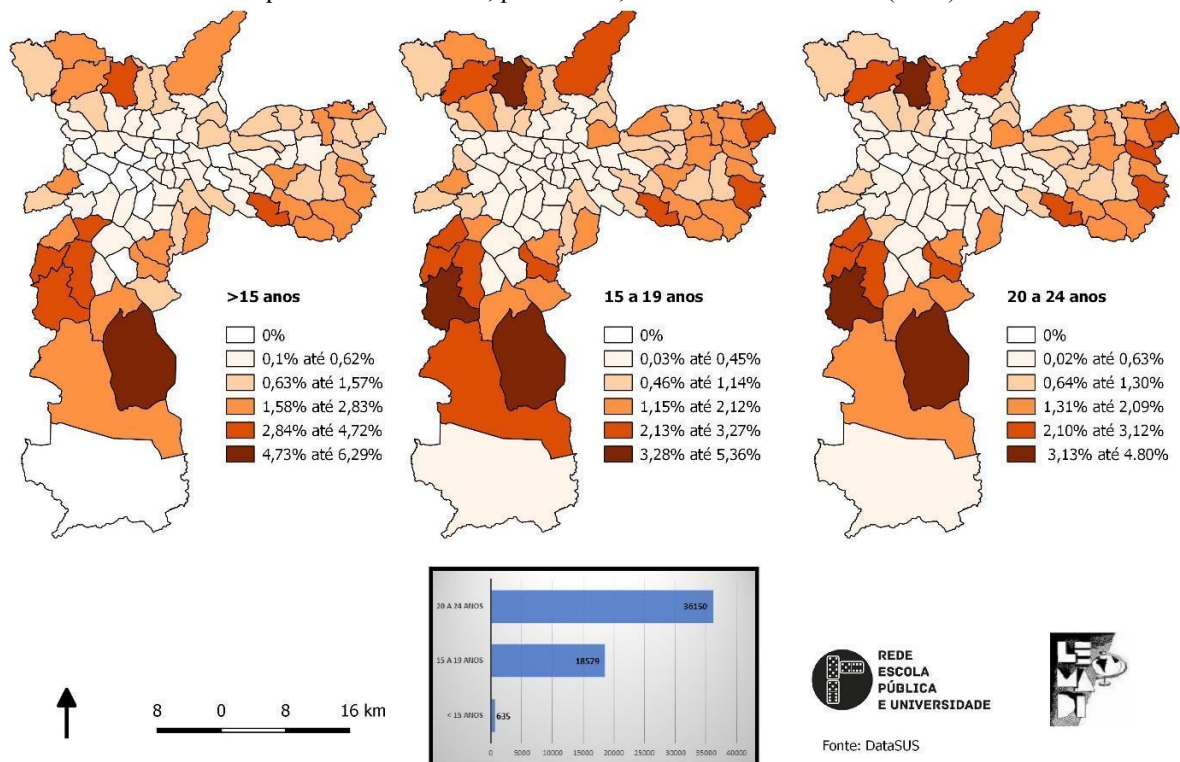
Mapa 6. Homicídio de jovens, por distrito, na cidade de São Paulo (2017)



Fonte: Atlas da Rede Estadual de Educação de São Paulo

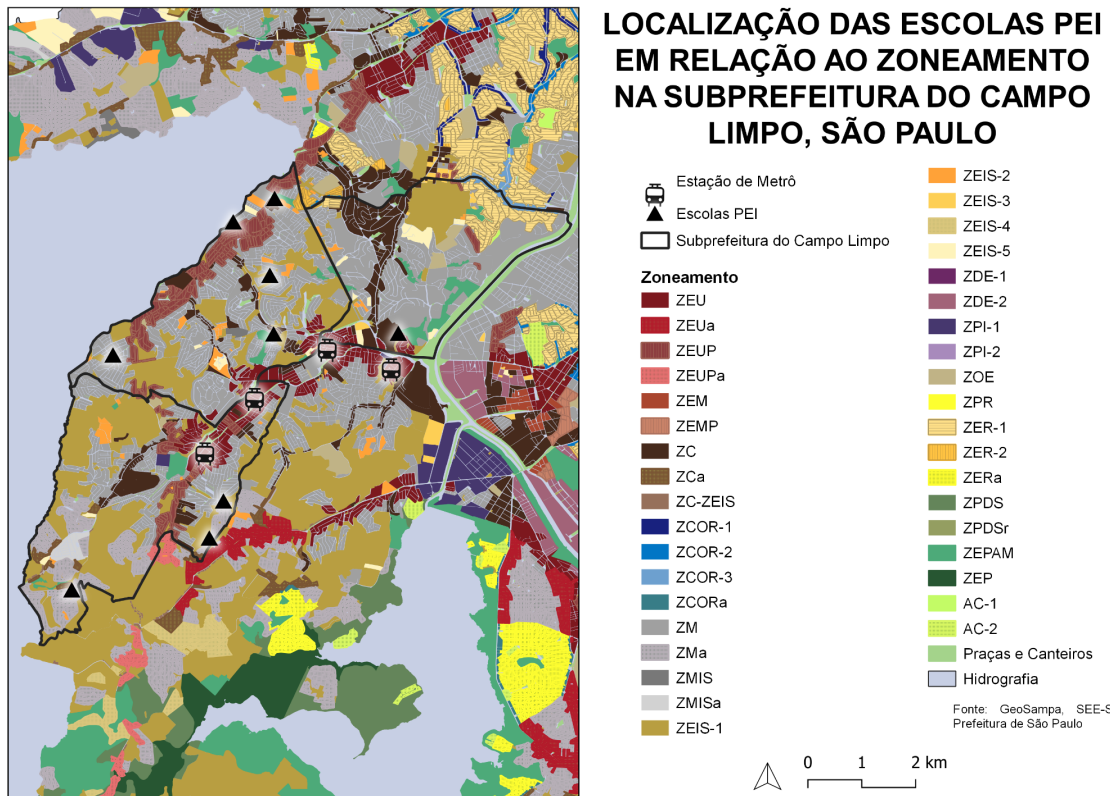
²⁶ SÃO PAULO (Estado). **Diretrizes do Programa de Ensino Integral**. São Paulo: SEE- SP, 2012.

Mapa 7. Idade das mães, por distrito, na cidade de São Paulo (2017)



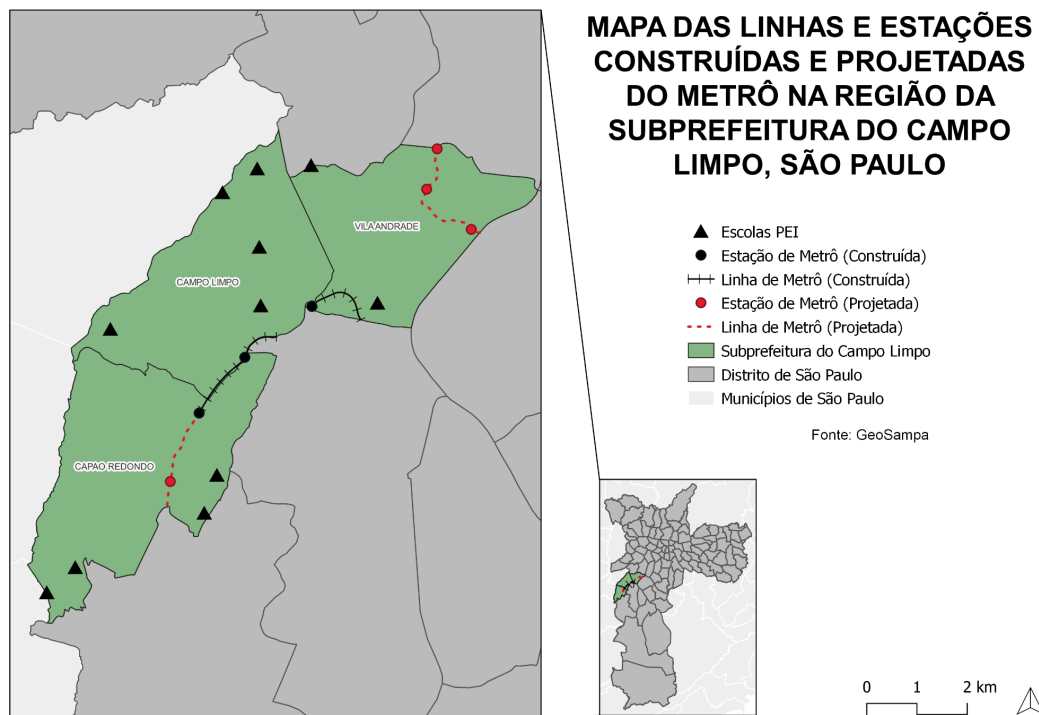
Entretanto, o estudo do entorno das escolas em questão, torna possível constatar que suas localizações são estratégicas: áreas de transição entre ZEIS e ZM e áreas de transição entre ZEU e ZM que têm passado por processos recentes de revalorização urbana com a presença de inúmeros lançamentos imobiliários, escolas particulares e comércios diversos, principalmente após a expansão de linhas metroviárias. Dessa forma, é necessário compreender qual é a relação existente entre a escolha das escolas com a operação urbana em expansão na região da subprefeitura do Campo Limpo em vistas de acompanhar as consequências na formação do perfil socioeconômico dessas unidades escolares e nas escolas no entorno, e, também, para desmistificar o uso de certos mapas coropléticos que podem indiferenciar essas regiões. Ou seja, apesar da instalação do Programa de Ensino Integral se dar em uma área de vulnerabilidade socioeconômica, a dinâmica específica dos locais escolhidos são de extrema importância, demonstrando que as áreas que mais carecem de serviços públicos continuam não contempladas pela sua localização.

Mapa 8. Mapa Geral do Zoneamento na Subprefeitura de Campo Limpo



Fonte: Elaborado pela autora

Mapa 9. Mapa das Linhas e Estações do Metrô na região da Subprefeitura do Campo Limpo em relação às escolas PEI, São Paulo



Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, é possível constatar que as instituições educacionais abordadas estão situadas em localidades menos propensas à vulnerabilidade dentro dessas áreas periféricas, o que sugere possíveis intenções relacionadas ao papel das políticas educacionais no processo de revitalização do espaço urbano. Adicionalmente, essas regiões já contam com uma ampla variedade de serviços públicos, estabelecimentos comerciais em crescimento e complexos de condomínios fechados que se localizam em proximidade com as escolas. Essas infraestruturas frequentemente não estão presentes, ou são precárias, nas áreas mais fragilizadas da Subprefeitura do Campo Limpo, resultando em um acesso restrito a esses recursos e contribuindo para a concentração de renda e recursos nessas áreas.

O processo de seleção socioeconômica, iniciado a partir do encerramento das atividades escolares noturnas, resulta na exclusão dos estudantes mais economicamente vulneráveis, catalisando uma dinâmica que pode ser caracterizada como "gentrificação escolar". Este fenômeno ocasiona a necessidade de tais estudantes buscarem instituições de ensino localizadas em outras regiões ou, no limite, abandonarem a continuidade dos estudos:

Semelhantemente, pudemos verificar nas PEIs que as renovações em suas estruturas físicas (para acomodar a ampliação da jornada escolar), adicionado a transformação intencional no perfil dos estudantes levaram parte do corpo discente a ser “expulso”, sendo substituídos por uma nova porção de alunos que, além de serem socialmente distintos, estão em menor quantidade. [...] Tais levantamentos apontam para um grupo de educandos que, no geral, se caracterizam por não trabalharem e não precisarem ajudar nos cuidados de irmãos ou parentes em casa, podendo permanecer mais de 7 horas dedicados às atividades educativas fora da residência, representando um perfil mais privilegiado de discentes.” (Oliveira, 2020, p. 65)

Por conseguinte, a escola contribui muito pouco ou nada para uma mudança positiva no quadro de desigualdade socioespacial, podendo, até mesmo, integrar-se ao processo de reprodução ou amplificação dessas desigualdades.

A subprefeitura do Campo Limpo abriga nove escolas que adotam o modelo PEI, a maioria das quais integrou-se recentemente, entre 2021 e 2022. Duas dessas escolas carecem de informações atualizadas acerca dos resultados obtidos no IDESP, inclusive aquela que se uniu ao programa em 2015, o que acabou por dificultar a avaliação dos resultados educacionais, tanto os presentes quanto os passados, bem como a realização de comparações. É notável o aumento na adesão ao programa a partir de 2022, na região da subprefeitura. Esse período coincide com o término da interligação da Linha 5-Lilás com as Linhas 1-Azul e 2-Verde do metrô, bem como a inauguração das estações São Paulo-Morumbi e Vila Sônia pertencentes à Linha 4-Amarela do Metrô.

Tabela 4. Escolas PEI pertencentes à subprefeitura do Campo Limpo

Escola	Ano de Adesão	Distrito
Escola 1	2021	Campo Limpo
Escola 2	2022	Campo Limpo
Escola 3	2022	Campo Limpo
Escola 4	2022	Campo Limpo
Escola 5	2022	Campo Limpo
Escola 6	2022	Vila Andrade
Escola 7	2022	Capão Redondo
Escola 8	2021	Capão Redondo
Escola 9	2015	Capão Redondo

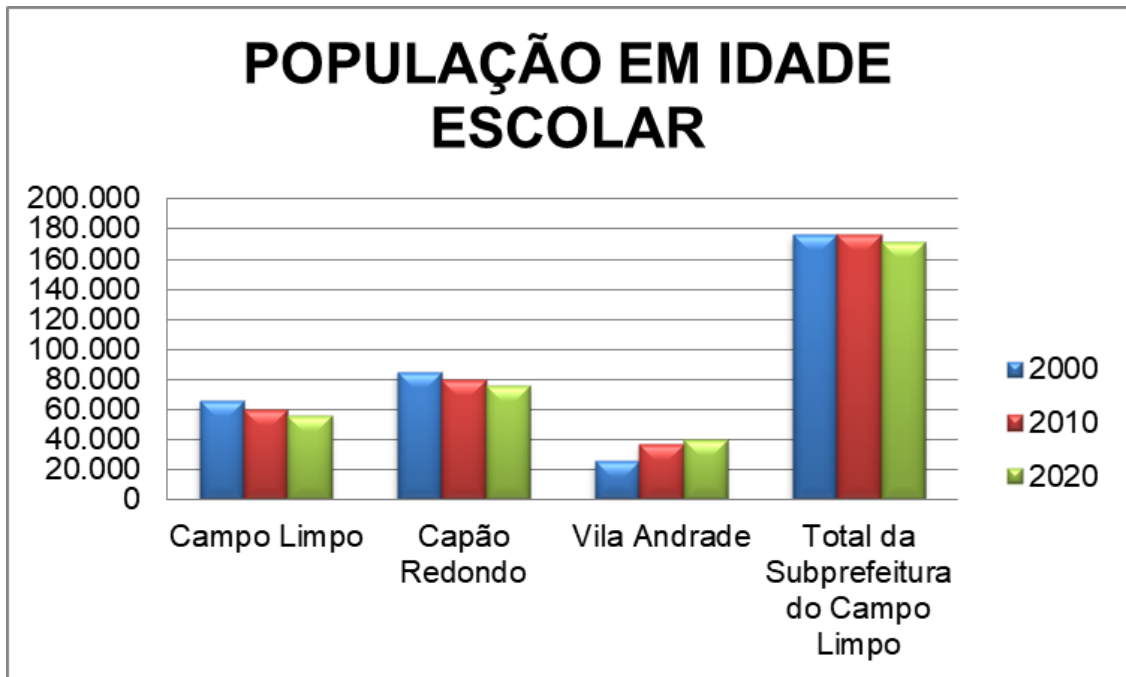
Fonte: SEE-SP; Elaborado pela autora

A análise do impacto da adesão ao Projeto de Ensino Integral frequentemente enfrenta desafios decorrentes da falta de consistência e, também, de indicadores abrangentes de contexto e qualidade. Essa carência compromete a capacidade de realizar uma avaliação precisa e confiável dos efeitos reais dessa modalidade de ensino. A ausência de certos indicadores contextuais impede a compreensão completa das características socioeconômicas, culturais e educacionais dos alunos envolvidos, dificultando a identificação de possíveis variáveis extrínsecas que influenciam os resultados.

Conforme evidenciado abaixo, apesar da lacuna de dados das escolas que aderiram ao programa em 2022, é observável uma tendência predominante de variação negativa significativa nas matrículas das escolas que implementaram o PEI. Essa dinâmica vai de encontro com as demais análises realizadas em relação à totalidade da cidade de São Paulo. Essa tendência pode ser diretamente associada à significativa redução na oferta de etapas ou modalidades educacionais nessas instituições de ensino²⁷.

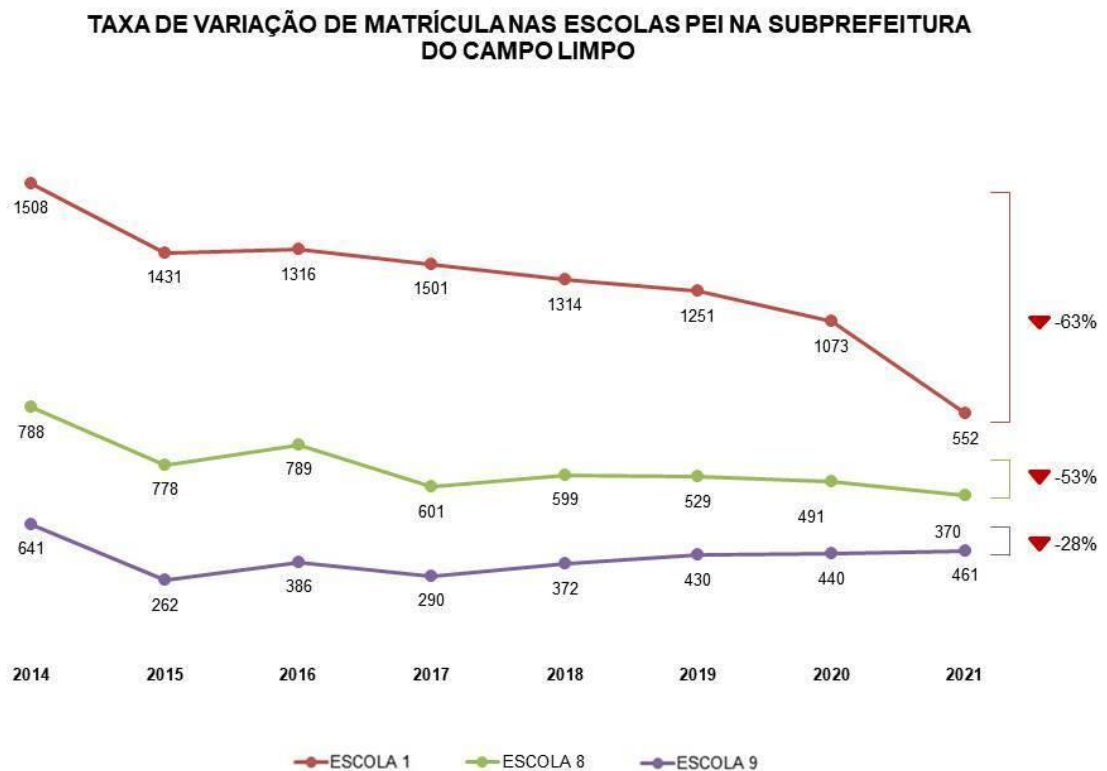
²⁷ “Uma observação detalhada verifica que as PEIs ofertam no máximo duas etapas/modalidade por escola, enquanto as demais unidades da rede estadual, chegam a oferecer até quatro (5%). Essa diferença de perfil é tão significativa que, em 2011, as escolas PEI apresentavam proporção inversa a atual, sendo que a grande maioria destas ofereciam mais de uma etapa/modalidade, enfatizando o entendimento de que quanto maior for a quantidade de etapas/modalidade ofertadas pela escola, maior será a dificuldade em gerir tal ambiente.” (Pavesi, 2020, p. 58)

Gráfico 4. População em idade escolar na Subprefeitura do Campo Limpo



Fonte: SEADE-SP; Elaborado pela autora

Gráfico 5. Taxa de Variação de Matrícula nas Escolas PEI na Subprefeitura do Campo Limpo



Fonte: Atlas da Rede Estadual de Educação de São Paulo; Elaborado pela autora

Tabela 6. Número absoluto de matrículas e turmas entre Escolas PEI (N=67 e N=70, para cada respectivo ano) e Escolas Estaduais (N=1004 e N=1015, para cada respectivo ano), na cidade de São Paulo.

TOTAIS DE MATRÍCULAS E TURMAS				
	Escolas Estaduais		Escolas PEI	
	2011	2019	2011	2019
MATRÍCULAS	1.172.383	907.482	54.291	23.850
TURMAS	33.563	29.165	1.620	756

Fonte: Pavesi, 2020

Nos dados anteriores, é discernível uma diminuição absoluta tanto nas matrículas quanto nas turmas em ambos os grupos escolares. É pertinente considerar a dinâmica populacional, em especial a transição demográfica, que resultou na redução da população em idade escolar. No entanto, a discrepância entre os dados das escolas PEI e não-PEI ressalta o impacto do prolongamento da jornada escolar na evasão de estudantes, principalmente daqueles pertencentes ao EJA²⁸ que, com o fechamento do período noturno, obrigatoriamente tem de migrar de instituição ou desistir dos estudos.

Tabela 7. Níveis Socioeconômicos dos Estudantes, Escala de I a VIII

Escola	2015	2021
ESCOLA 1	51,64 (IV)	5,54 (VI)
ESCOLA 8	52,94 (IV)	4,98 (IV)
ESCOLA 9	S/D	4,93 (IV)

Fonte: INEP; Elaborado pela autora

Os dados obtidos pelo Inse²⁹, mesmo com diferente padronagem de notas, indicam que os estudantes das escolas PEI que aderiram ao programa antes de 2022 se enquadram até meio no desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse a meio a um desvio-padrão acima da média nacional do Inse, o que indica que:

“A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupa, TV por internet, freezer e dois ou mais celulares com internet, sendo que eles não possuem alguns dos bens e serviços pesquisados.

²⁸ Educação de Jovens e Adultos

²⁹ Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica

Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir uma ou duas televisões, forno de micro-ondas, garagem, carro, mesa para estudar, um computador, dois ou mais quartos para dormir e escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre 5º ano do ensino fundamental completo e o ensino médio completo.” (INEP/MEC, 2021, p. 13)

Tal fato apresenta um enfoque interessante para futuras análises, mediante a disponibilização dos dados das demais escolas, bem como para a comparação com instituições próximas que não adotaram o programa. Esse delineamento possibilitará uma compreensão mais abrangente da transformação do perfil socioeconômico dos discentes dessas instituições e como essa mudança se dissemina a partir da implementação do Programa de Ensino Integral. Isso se torna particularmente relevante, visto que os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), frequentemente pertencentes a categorias de maior vulnerabilidade socioeconômica, já evidenciam alterações na realidade do padrão de poder econômico dos estudantes quando são deslocados para outras instituições.

5. AS NARRATIVAS E CONTRANARRATIVAS NO MODELO NEOLIBERAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Analisar os documentos relacionados ao Programa de Ensino Integral não só permite destrinchar os agentes envolvidos na elaboração do programa, como também permite compreender o universo vocabular no qual a lógica neoliberal de gestão fundamenta-se, assim como suas intencionalidades ao introduzir e reforçar raciocínios e práticas que levam a formação do sujeito neoliberal.

Ao ler o Processo Administrativo, algumas palavras são repetidas ao longo de todo o documento, sendo as principais: gestão, performance, gerenciar, planejar, otimização, proatividade, flexibilidade, resultados, autoconsciência, autorregulação, autogestão, formação de líderes, protagonismo, responsabilidade. Apesar de parecerem inofensivas, elas estão diretamente ligadas com a concepção neoliberal do “Estado gerencial”, ou seja, a administração pública regida pela necessidade de mostrar eficiência e resultado tal qual uma empresa privada, estruturando novas relações entre governo e sujeitos sociais³⁰.

Para Laval e Dardot (2017),

Essa vontade de impor no cerne da ação pública os valores, as práticas e o funcionamento da empresa privada conduz à instituição de uma nova prática de governo. Desde os anos 1980, o novo paradigma em todos os países da OCDE determina que o Estado seja mais flexível, reativo, fundamentado no mercado e orientado para o consumidor. O *management* apresenta-se como o modo de gestão “genérico”, válido para todos os domínios (...). Essa mutação empresarial não visa apenas a aumentar a eficácia e a reduzir os custos da ação pública. ela subverte radicalmente os fundamentos modernos da democracia, isto é, o reconhecimento de direitos sociais ligados ao status de cidadão (p. 274).

A educação também não escapa desse novo paradigma. O Banco Mundial – instituição responsável por empréstimos aos “países em desenvolvimento” objetivando reestruturação neoliberal –, é responsável pela definição de certas diretrizes políticas e ajustes estruturais na administração governamental, enxergando, agora, na reforma do sistema educacional um novo meio de combater a pobreza e formar “capital humano”.

O Banco Mundial propõe formas de se avaliar o rendimento escolar, sendo elas, por ordem de prioridade: bibliotecas, tempo de instrução, tarefas de casa, livros didáticos, conhecimentos do professor, experiência do professor, laboratórios, salário do professor e, por último, tamanho da classe (CARDOSO, 2009, p. 100). Dessa forma, o Banco indica aos países, principalmente da América Latina, a investir na educação com base nessas prioridades, concentrando esses investimentos na educação básica. Recomenda-se, também, a

³⁰ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 273

descentralização das instituições escolares, dando-lhes autonomia por seus resultados; impulsionar o setor privado e organizações não governamentais como participantes ativos na educação, criando concorrência; maior participação das famílias nos custos educacionais; responsabilização dos professores pelos resultados obtidos e menor estabilidade na carreira, visando maior produtividade, entre outros.

É formado, então, um novo discurso acerca das metas educacionais acompanhado de políticas públicas descontextualizadas e des-regionalizadas que visam a publicização, terceirização e privatização da educação pública.

A partir dessa nova lógica de gestão, o ambiente de trabalho é alterado. Apesar do incentivo ao protagonismo e liderança, a hierarquia presente dentro da escola é fragmentada em diversos novos cargos, uma hiper-hierarquização, reforçando uma vigilância contínua entre os próprios funcionários. A pressão pelo desempenho não é só advinda da autoexploração, do sujeito do “nada é impossível”, mas também por uma estrutura burocratizada e repleta de instrumentos de avaliação que, por vezes, são difíceis de detectar. A necessidade de ser extremamente ativo e a obsessão pelo controle de resultados por parte da gestão escolar aparecem aqui como aparatos da produtividade.

Logo, um novo sujeito é formado, tendo interiorizado as normas de desempenho, a vigilância avaliativa e a autovigilância constantes, a competição pela promoção dada por concorrência, tendo sua subjetividade reduzida a uma racionalidade empresarial.

A falta da palavra “professor” chama atenção para esse fenômeno: a transformação do docente em gestor de alunos. Assim sendo, pais e crianças são transformados, por sua vez, em clientes, e a escola, em uma fábrica de resultados. Para se enquadrar no novo modelo, é sugerido que “gestores de sala” façam *workshops* com *coachings* para aprender estilos de liderança e ciclos de gestão conjuntamente com programas de capacitação com vagas limitadas e mediante aprovação em processo de acesso por mérito (avaliação de currículo acadêmico e profissional com projetos e resultados anteriores). Ou seja, a autoexploração do corpo e a concorrência permeiam todo o programa, de sua teoria à prática.

Dessa forma, está apresentado o modelo mercadológico de escola. Oferecendo “jornada integral aos alunos, currículo integrado, matriz curricular diversificada, Regime de Dedicação Plena e Integral dos educadores e infraestrutura que atenda às necessidades pedagógicas”, o ambicioso plano de aulas contando com matérias como Introdução ao Mundo do Trabalho, Projeto de Vida (voltada para o planejamento da vida profissional), Protagonismo Juvenil, Tutoria, Orientação de Estudos, Eletivas e Clubes Juvenis, pode

parecer promissor, entretanto, o que parece se delinear é uma realidade paralela à vivida fora dos muros da escola, isolada dos fenômenos que afetam a vida dos sujeitos destes territórios.

Entretanto, ainda que haja a tentativa por parte da lógica neoliberal de converter questões administrativas em responsabilidade pessoal, a percepção das desigualdades e da violência contidas nesse processo por parte dos sujeitos nele inseridos dá-se pelo aspecto ambíguo do cotidiano: conformidade e resistência. Conformidade ao configurar o agente social em uma rotina incorporada na lógica de reprodução do capital, imersa no mundo da mercadoria e do consumo, no tempo acelerado da produção de novas técnicas cada vez mais individualizadoras. Resistência ao negar tal realidade, ao se apropriar de espaços para realização da vida, ao criar laços afetivos nestes e com estes espaços.

Esses estudantes e professores como sujeitos em contradição, com suas subjetividades dilaceradas diante da operacionalização de suas vidas para o funcionamento do capital, introjetam um modelo de relações humanas ideais baseadas no empreendedorismo de si mesmo³¹, meritocracia e competição, entendendo qualquer intervenção do Estado como um risco à eficiência da lógica natural do mercado e a liberdade individual da “conquista”. Isto, para Dennis Oliveira (2018), é o reforço da ideologia da meritocracia que vincula o acesso aos direitos de cidadania, bem-estar social, educação de qualidade e trabalho digno, ao mérito, legitimando os mecanismos excludentes da atual fase do capitalismo.

Em 2019, observações realizadas na Escola 9 foram divididas entre acompanhar a rotina da gestão e acompanhar as disciplinas diversificadas oferecidas na PEI em questão. Também foram realizadas entrevistas com membros da direção, gestão, corpo docente e discente na tentativa de identificar as contranarrativas geradas a partir da rotina vivida dentro da escola. Todo o corpo de funcionários foi trocado após a entrada da escola no Programa de Ensino Integral, contando, agora, com 22 professores, 416 alunos (do 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio) e 5 funcionários de limpeza. De acordo com a direção, no primeiro ano de adesão, a evasão de quase 50% dos alunos dos 400 que estavam matriculados anteriormente, chegando a alcançar a marca de 200 alunos. Ou seja, além da troca de funcionários, praticamente todo quadro discente também foi alterado.

O contato com a gestão permitiu entender como funciona a divisão de funções entre os professores-gestores: há o professor coordenador geral (PCG) e o professor coordenador de área (PCA). Os professores devem se reportar aos coordenadores de sua área que, por sua vez, se reportam ao coordenador geral, responsável pela comunicação com a direção que é o canal

³¹ Para Pierre Dardot e Christian Laval, o empreendedor de si mesmo é o sujeito neoliberal tomado pela visão de sua própria vida como uma empresa ou capital que necessita ser constantemente valorizada.

para os diálogos realizados com a supervisão e diretoria de ensino. Os professores coordenadores de área têm um número menor de aulas do que um professor regular, e o professor coordenador geral não trabalha em sala de aula. Essa hierarquização e burocratização dentro da estrutura escolar geram fenômenos contraditórios, pois, precarizando as relações interpessoais, acaba por gerar tensionamentos que resultam na subversão da própria estrutura de gestão por parte da equipe de gestão.

Os alunos também passam por diversas avaliações: avaliação de entrada e de saída, prova bimestral, prova diagnóstica complementar (PDC), avaliação de aprendizagem em processo (AAP), prova de nivelamento, sistema de avaliação de rendimento escolar do Estado de São Paulo (SAREB) e sistema de avaliação da educação básica (SAEB). Muitas vezes realizadas durante o mesmo período, ficando perceptível até para o corpo docente o processo de exaustão.

A violência neural imposta sobre os alunos, principalmente, é impulsionadora de contranarrativas e resistências geradas a partir do próprio cotidiano dentro do ambiente escolar. Essa resistência é positivamente reconhecida por parte da direção e gestão escolar, permitindo que os alunos se apropriem do espaço de forma lúdica e por parte dos professores que buscam, além de estabelecer uma relação de confiança com o corpo discente, trazer matérias eletivas não normativas e próximas da realidade extraescolar. Dessa forma, aulas como dança do ventre, grafite, jogos, boxe, culinária, se apresentam como ferramentas para amenizar a estrutura opressiva na qual a PEI é pautada.

Essa apropriação do espaço escolar deve ser entendida como um enfrentamento à lógica perversa que gere esta política educacional, como uma forma de disputar o espaço a partir da própria vivência. Essas contranarrativas são a forma pela qual os corpos presentes nessa escola expressam suas próprias narrativas identitárias (bio-socio)gráficas (PARASKEVA, 2011, p. 16), rompendo com a prática da indiferença nesse espaço normativo e excludente, permitindo a reafirmação da existência desses sujeitos em contradição de forma lúdica e coletiva, confrontado a lógica educacional individualizadora e competitiva que é proposta.

Tal movimento também é realizado por parte da gestão e corpo docente na luta por relações mais humanizadas, demonstrando que a produção de contranarrativas e subversão da metodologia da PEI é generalizada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indagação central que guiou a elaboração deste trabalho foi a reação entre o Programa de Ensino Integral (PEI) enquanto a nova política educacional proposta como uma resposta aos desafios do cenário educacional do Estado de São Paulo, e sua conexão com o processo de revalorização urbana na área da Subprefeitura do Campo Limpo. Essa análise fundamentou-se em dados que sugerem que o programa está associado à intensificação das desigualdades socioespaciais a partir da mudança do perfil socioeconômico do corpo estudantil, gerando um fenômeno de deslocamento de alunos em situação econômica mais vulnerável a partir da diminuição da complexidade escolar ao diminuir o oferecimento de turnos e turmas.

É possível aferir que emerge um cenário dinâmico na região da Subprefeitura do Campo Limpo, onde se delineia uma nova frente de gentrificação relacionada com a expansão das linhas e estações de metrô, principalmente a Linha 5-Lilás. Essa transformação urbana se estende para outras áreas, alcançando o setor educacional, onde advento das escolas PEI se revela como uma peça desse quadro, sendo instaladas em áreas dinâmicas do zoneamento da cidade e contribuindo para a expulsão da população mais vulnerável, especialmente aqueles dependentes do ensino noturno. A diminuição expressiva nas matrículas após a adoção do programa de ensino integral reforça essa tendência que tem sido denominada de “gentrificação escolar” pela similaridade com o fenômeno de gentrificação urbana, na qual a população originária de um determinado local é forçadamente deslocada para outras áreas em detrimento da ocupação por classes mais abastadas.

No entanto, é importante reconhecer que, devido às limitações de acesso a determinados dados, questões cruciais permanecem sem resposta. A necessidade de coletar informações sobre as principais construtoras investindo na área, valores dos lançamentos verticais e outros fatores relevantes é urgente para compreender quais interesses e quais instituições são beneficiadas pelo efeito da adoção das escolas da região ao programa PEI. Além disso, pesquisas de campo são cruciais para obter uma visão mais profunda sobre a transformação do perfil socioeconômico dos alunos nas escolas PEI e seus efeitos abrangentes, bem como para identificar movimentos de resistência e alternativas emergentes.

No geral, o estudo demonstra que a transformação urbana na Subprefeitura do Campo Limpo vai além da expansão do metrô, abraçando o sistema educacional e reconfigurando as dinâmicas sociais e econômicas. As escolas do programa PEI têm um papel ambíguo, contribuindo para a gentrificação e expulsão da população mais carente. Ademais, o estudo

permitiu entender a relação entre a escola e a construção de uma Geografia Escolar na região, abarcando as suas desigualdades e potencialidades (socioeconômicas e espaciais), assim como os efeitos da política educacional nos alunos e professores enquanto sujeitos neoliberais em construção, mas também enquanto pessoas que lutam por integridade e autonomia diante desse processo. Para o filósofo Byung Chul-Han (2015, p. 25), a sociedade do desempenho, modelo de sociedade reproduzida pela PEI, produz depressivos e fracassados a partir da autoexploração gerada pelo excesso de trabalho e necessidade de produção de resultados, acarretando em uma violência neuronal que afeta, mesmo que diferenciadamente, docentes e discentes. Diante do que se foi observado, fica explícito que a necessidade de produzir resultados afeta a saúde mental desses sujeitos que são expostos a essa autoexploração.

Sendo assim, fica evidente que as escolas PEI são escolas indiferenciadas, descontextualizadas de sua realidade socioespacial, que se desdobra como um novo projeto de educação que produz resultados a partir da diminuição da complexidade escolar, gerando uma política educacional de exclusão e reprodução de desigualdades socioespaciais. Fica claro que o Programa de Ensino Integral foi minuciosamente elaborado enquanto justificativa para a expansão dos moldes em que foi pensado: uma fábrica de resultados. Entretanto, não se fala de nenhum tipo de valorização do trabalho docente e nem de maior investimento nos recursos direcionados à educação pública, incluindo aumento na oferta de turmas e turnos. Ou seja, o que se dará é uma precarização ainda maior dos resultados apresentados pela PEI: estrutura escolar defasada, professores ainda mais sobrecarregados (já que não haverá dedicação exclusiva), e a reprodução da lógica neoliberal de gestão, responsabilizando os profissionais de educação pelo fracasso de políticas públicas descontextualizadas e desterritorializadas – mas acobertadas por resultados obtidos em produzidos em múltiplas avaliações –, dando continuidade a produção de sujeitos neoliberais de cidadanias mutiladas.

É nessa perspectiva que a compreensão das prerrogativas e resultados da PEI entram como uma força política de resistência, munindo a luta para que a escola seja entendida como integrante e integradora de um território específico onde as múltiplas realidades e relações sociais não devem ser desprezadas, mas analisadas compreendidas para que seja possível a construção de escolas verdadeiramente democráticas e formadoras de cidadãos críticos.

Para disputar as políticas públicas, é necessário entender a espacialização do Programa de Ensino Integral e sua relação com a dinâmica social da região, apontando para o que pode ser chamado de “desplanejamento intencional”: o sucateamento da educação pública como aparato para o avanço de parcerias público-privadas e privatizações que, além de absorver

grande parte do orçamento que deveria ser destinado a manutenção das escolas públicas, fragmenta a autonomia, estabilidade e subjetividade dos professores e alunos.

REFERÊNCIAS

- 99ª SESSÃO ORDINÁRIA.** ALESP, 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/ementario/anexos/20190911-151815-ID_SESSAO=13863.htm>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, 2004.
- BALL, Stephen. Globalización, mercantilización y privatización: tendencias internacionales en educación y política educativa. **Revista de Política Educativa**, v. 1, p. 17-36, 2009.
- BRASIL. **Lei n. 13.005, de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025,Art. Acesso em: 20 jul. 2023.
- CARDOSO, Zelina. POLÍTICAS E REFORMAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL. In: **Colloquium Humanarum**. 2009.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. Editora Contexto, 2001.
- CAVALIERE, Ana Maria. Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de Estado?. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1205-1222, 2014.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial, 2017.
- DE LIMA, WILLIAM PEREIRA. A influência de uma estação metroviária na mudança da cobertura da terra: estudo de caso na estação Campo Limpo em São Paulo. 2016.
- DE OLIVEIRA, Émerson Dias et al. A Urbanização Enquanto uma estrutura produtora de (des) igualdades socioespaciais e consciência crítica. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 13, n. 1, p. 116-127, 2019.
- DO CARMO, THIAGO VITAL. Análise de segregação socioespacial no distrito de Campo Limpo (MSP) por meio do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO: Nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.
- GIROTTTO, Eduardo Donizeti (Org.). **Atlas da rede estadual de educação de São Paulo**. Editora CRV, 2018.
- GIROTTTO, Eduardo Donizeti; CÁSSIO, Fernando L. A desigualdade é a meta: implicações socioespaciais do Programa Ensino Integral na cidade de São Paulo. **Education policy analysis archives**, v. 26, p. 109-109, 2018.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti; DE OLIVEIRA, João Victor Pavesi; GRATON, Bruna Bardi. Geografia, política educacional e desigualdade: o caso do Programa de Ensino Integral do Estado de São Paulo (2012-2018). **Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 6, n. 12, p. 23-38, 2020.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti; JORGE, Isabel Furlan; OLIVEIRA, João Victor Pavesi de. Ensino em tempo integral e segmentação da oferta: análise dos programas ETI e PEI na rede pública estadual de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Editora Vozes Limitada, 2015.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista Do Espaço**. Annablume, 2005.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. 2014.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. 2014.

INEP/MEC. **SAEB 2021 - INDICADOR DE NÍVEL SOCIOECONÔMICO DO SAEB 2021**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/Indicadores_de_nivel_Nota_tecnica_2021.pdf >.

LEFEBVRE, Henri; URBANA, A. Revolução. tradução Sergio Martins. **Editora UFMG, Belo**, 1999.

LIMA, Gabrielle Ribeiro Brito. Mudança do perfil atendido pelas políticas públicas habitacionais e aumento dos bens não de uso: endividamento, retomada de imóveis e mais impacto na população de baixa renda. **GEOUSP**, v. 26, 2022.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. 2006.

OLIVEIRA, Abrahão. Novidade à vista: Jockey Club de SP pode se tornar parque. São Paulo In Foco, 2023. Disponível em: <www.saopauloinfoco.com.br/jockey-club-parque-sao-paulo>. Acesso em 4 de Agosto de 2023.

OLIVEIRA, Dennis. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 39-57, 2018.

PALMA, Bruna Feliciano. **As transformações no modo de morar no distrito da Bela Vista, em São Paulo - SP**, 2022, 95 f. (Trabalho de Graduação Individual em Geografia Urbana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

PARASKEVA, João. Prefácio: A narrativa como contra-narrativa. In: MOREIRA, M. A. (org.). Narrativas dialogadas na investigação, formação e supervisão de professores. 2011.

PENN, Helen. The World Bank's view of early childhood. **Childhood**, v. 9, n. 1, p. 118-132, 2002.

ROSS, E. Wayne; GIBSON, Rich J. (Ed.). **Neoliberalism and education reform**. Cresskill, NJ: Hampton Press, 2007.

SANTOS, Gisele Miranda. Intensificação das vulnerabilidades socioambientais por meio das mudanças climáticas na subprefeitura do Campo Limpo-SP: Levantamento de dados bibliográficos. 2022.

SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão: O Vol. 8**. Edusp, 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Diretrizes do Programa de Ensino Integral**. São Paulo: SEE- SP, 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório de fiscalização de natureza operacional sobre os modelos de educação em período integral existentes na rede pública estadual de ensino**. São Paulo: Tribunal de Contas do Estado (TCE), 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Material de apoio ao Programa de Ensino Integral do Estado de São Paulo**. Caderno do Professor. São Paulo. Imprensa Oficial, SE, 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Modelo de gestão de desempenho das equipes escolares: Ensino Integral**. Caderno do Gestor. São Paulo. Imprensa Oficial, SE, 2014.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 11, n. 1, p. 15-31, 2007.

SMITH, Neil. Gentrification and the rent gap. 1987.

SONNA, Maria Laura; MAZIVIERO, Maria Carolina. A produção de condomínios-clubes na cidade de São Paulo no século XXI—O caso da Vila Andrade. **arq. urb**, n. 18, p. 28-46, 2017.

SOUZA, Felipe. Paraisópolis, 100 anos: Como loteamento de luxo virou favela mais famosa de SP. BBC, 2019. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/brasil-50694377> Acesso em: 5 de Agosto de 2023.

VILLAÇA, Flávio; ZIONI, Silvana Maria. Os transportes sobre trilhos na Região Metropolitana de São Paulo: o poder público acentuando a desigualdade. **Companhia Brasileira de Trens Urbanos**, p. 223, 2005.